

UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO

Comunicação Social – Jornalismo

Washington da Silva Rocha

Nióbio:

O recurso que o Brasil insiste em não descortinar

**São Paulo
2016**

UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO

Comunicação Social – Jornalismo

Washington da Silva Rocha

Nióbio:

O recurso que o Brasil insiste em não descortinar

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Comunicação Social da Universidade de Santo Amaro – UNISA, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Me. Mauricio Capela.

São Paulo

2016

A Sheila Keller da Silva de Moraes e Mayara Leandro Faustino, com as quais aprendi o real significado das palavras responsabilidade, dedicação e profissionalismo.

Agradecimentos

Ao meu orientador, Prof. Me. Maurício Capela, que em várias oportunidades acreditou mais em mim do que eu mesmo e, nas vezes que achei que não teria conteúdo para concluir o projeto ele bancou e confiou em minhas pesquisas.

A todos os professores que tive durante a jornada acadêmica, em especial Marcelo Santos, Roberta Brandalise e Piero Sbragia, que incitavam toda turma a sempre tentar ir além, realizar o diferente, o que ninguém faz, mesmo nos temas cotidianos e constantemente abordados pela mídia.

Ao professor Expedito Leandro, que abraçou o tema já na pré-banca e contribui grandemente com suas críticas construtivas. À jornalista Karoline Pinheiro por ter aceitado fazer parte da banca examinadora deste projeto.

Às fontes que compartilharam comigo parte de seus conhecimentos e aceitaram prontamente ao convite de participar deste projeto.

“Quem não luta pelos seus direitos não é digno deles”

Rui Barbosa

Resumo

O trabalho a seguir visa enaltecer, por meio de uma monografia, a importância do nióbio na economia do Brasil e, mediante fatos que comprovem tal relevância, questionar a falta de notícia nos meios de comunicação no País. Focar os questionamentos na grande mídia, ou seja, Jornal diário e Televisão Aberta. Analisar reportagens publicadas pela “Folha de S. Paulo” e “O Estado de S. Paulo” no período de 01/01/2010 até 31/12/2015 e através de uma comparação quantitativa entre pré-sal e nióbio, expor a inércia da mídia brasileira em relação ao minério e aos temas ambientais e científicos em geral. O pré-sal, ao contrário do nióbio, teve largo espaço na mídia, porém a grande diferença que se vê em números de conteúdo jornalístico não se vê em retorno financeiro. Além disso, novas tecnologias foram criadas para auxiliar na exploração do pré-sal, que inclusive está sob uma política de regularização. Práticas incomuns quando o assunto é nióbio.

Palavras-chave: Nióbio. Mídia. Brasil. Pré-Sal. Regularização.

Abstract

The following work aims to highlight, through a monograph, the importance of niobium in the Brazilian economy and, through facts that prove such relevance, question the lack of news in the media in the country. Focus the questions in the mainstream media, ie daily newspaper and open television. Analyze reports published by “Folha de S. Paulo” and “O Estado de S. Paulo” in the period from 01/01/2010 to 31/12/15 and through a quantitative comparison between pre-salt and niobium, exposing the inertia of the Brazilian media in relation to ore and environmental and scientific issues in general. The pre-salt, unlike niobium, had wide space in the media, but the great difference that is seen in numbers of journalistic content is not seen in financial return. In addition, new Technologies were created to assist in the exploration of the pre-salt, which is also under a regularization policy. Unusual practices when it comes to niobium,

Keywords: Niobium. Media. Brazil. Pre-Salt. Regularization.

Lista de Abreviaturas

BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
CBMM	Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração
CFEM	Compensação Financeira Pela Exploração Mineral
CMOC	China Molybdenum Co.
EUA	Estados Unidos da América
Ibram	Instituto Brasileiro de Mineração
Mt/ano	Mil toneladas por ano
Nb	Nióbio
Secom República.	Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1. Comunicação Pública.....	17
1.2. A informação como fonte de conhecimento	19
2. ANÁLISE QUANTITATIVA E QUALITATIVA DO NIÓBIO NA FOLHA DE S. PAULO	21
2.1. Editoria Mercado	22
2.2. Editoria Especiais	26
2.3. Editoria Classificados	27
2.4. Folha Ilustrada	28
3. ANÁLISE QUANTITATIVA E QUALITATIVA DO NIÓBIO NO O ESTADO DE S. PAULO	30
3.1. Caderno Economia	30
3.2. Editorias Internacional e Política	37
3.3. Geral, Casa e Trabalho	39
4. O NIÓBIO NA TELEVISÃO ABERTA	41
5. O NIÓBIO NA CAUDA LONGA	42
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47
METODOLOGIA	51
ANEXOS	52

1 INTRODUÇÃO

Nióbio é um elemento químico de transição. Por motivos de reações químicas, com gases presentes no ar, ele pode ser encontrado em diversas cores, como por exemplo, branco prateado ou cinza azulado¹. Seu nome é originário de Níobe, que na mitologia grega é filha de Tântalo, que dá nome a outro minério. Os nomes são em alusão a afinidade entre os dois minérios, nióbio e tântalo.

O nióbio é o mais eficiente quando o objetivo é dar liga metálica, ou seja, dar consistência, leveza e dureza entre metais, como o aço e o ferro. Apenas algumas gramas de nióbio são suficientes para deixar uma tonelada de aço mais leve e resistente a fraturas e torções². E por esse motivo é o mais usado nas indústrias naval, aeroespacial, ferroviária, automobilística e petrolífera. Gasodutos, tomógrafos de ressonância magnética e aplicações variadas, como lâmpadas de alta intensidade e *piercings*, também são feitas com nióbio.

O Brasil é o grande responsável pela produção. Representa mais de 90% do total de nióbio no mundo. Segundo o Sumário Mineral de 2015 (último publicado), Minas Gerais e Goiás são os principais estados brasileiros com empresas produtoras de nióbio, com capacidade de produção de 6Mt/ano e 3,9Mt/ano, respectivamente, de minério de pirocloro (nome dado para o trio nióbio, tântalo e urânio)³.

A maior reserva do elemento também é o Brasil quem possui. Sendo assim, não é realizado nenhum tipo de importação de produtos derivados de nióbio, pois toda a demanda nacional é autossuficiente atendida apenas pelo Estado de Minas Gerais⁴.

“O Brasil tem as maiores reservas mundiais de nióbio. [...] É também o maior produtor mundial da substância, representando mais de 98% do total mundial. [...] As aplicações de nióbio variam desde aços microligados, com

¹ Site do Infoescola: Disponível em: <http://www.infoescola.com/elementos-quimicos/niobio/amp/> >. Acesso em: 15/10/2016 às 16h32.

² Site do Serviço geológico do Brasil: Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/redes-institucionais/rede-de-bibliotecas-rede-ametista/canal-escola/niobio-brasileiro-2616html> >. Acesso em: 15/10/2016 às 17h10.

³ Site do Departamento Nacional de Produção de Minério: Disponível em: <http://www.dnpm.gov.br/dnpm/sumarios/niobio-sumario-mineral-2015>>. Acesso em: 10/10/2016 às 19h13.

⁴ Site do Departamento Nacional de Produção de Minério: Disponível em: <http://www.dnpm.gov.br/dnpm/sumarios/niobio-sumario-mineral-2015>>. Acesso em: 10/10/2016 às 19h13.

aplicações na construção civil, na indústria mecânica, aeroespacial, naval, automobilística, dentre outras”. (SUMÁRIO MINERAL, 2015, p. 88-89).

Habitualmente, não se vê ao redor, de modo geral, campanhas, notícias, reportagens ou qualquer outra forma de conteúdo que tenha a finalidade de conscientizar a sociedade sobre questões ligadas ao meio ambiente. E geralmente, quando esses conteúdos são produzidos e veiculados, o problema já existe, como no caso da crise hídrica que ocorreu no Estado de São Paulo nos últimos 3 anos.⁵

Toda essa inércia e despreocupação por parte, principalmente, da mídia, mas também de outros órgãos, acarretam numa população sem conhecimento específico de qualquer tema que trate o meio ambiente. “A mídia nacional voltada para as massas, de um modo geral, pouco importa com qualquer assunto relacionado à ciência, tecnologia e meio ambiente, basta olhar a grade de programação das emissoras”. (PEREIRA, Anexo).

O Brasil é um País rico em recursos naturais, ou seja, bens naturais que são necessários e usados para a sobrevivência do homem como, por exemplo, os recursos renováveis: água doce e florestas⁶. A riqueza também se expande para os recursos não renováveis, como alumínio, ferro, petróleo, entre outros.

Entre esses, há o nióbio, substância de extrema valia na economia do País. Encontrado em solo brasileiro é alvo de grupos nacionais e internacionais. Inclusive, uma lista divulgada em 2010 pelo site americano *wikileaks* revela que o minério brasileiro é visto pelos Estados Unidos como um recurso estratégico no exterior, “cuja perda poderia impactar criticamente a saúde pública, a segurança econômica e/ou a segurança interna dos Estados Unidos da América”⁷.

O Canadá, outro produtor, possui menos de 2%⁸ do recurso, e apenas com essa fatia sustenta todo um sistema de educação nacional que se tornou modelo para outros países. Sem falar das fatias de investimentos que são direcionadas para

⁵ Site do Exame: Disponível em: <http://www.exame2.com.br/mobile/brasil/noticias/como-a-vida-do-brasileiro-mudou-apos-a-crise-da-falta-d-agua> >. Acesso em: 15/10/2016 às 17h55.

⁶ Site do Brasil escola: Disponível em: www.brasilecola.uol.com.br/geografia/os-recursos-naturais.htm >. Acesso em: 21/07/16 às 22h54.

⁷ Site do Estadão: Disponível em: <http://www.internacional.estadao.com.br/noticias/geral,wikileaks-eua-veem-minerios-brasileiros-como-recursos-estrategicos,65011> >. Acesso em: 13/10/2016 às 21h43.

⁸ Site do G1: Disponível em: www.globo.com/economia/negocios/noticia/2013/04/monopolio-brasileiro-do-niobio-gera-cobica-mundial-controversia-e-mitos.html >. Acesso em: 05/06/16 às 03h32.

a segurança e saúde da população. Lá, a questão do nióbio é levada e tratada como prioridade e o retorno econômico é exclusivamente investido na população, segundo vídeos produzidos e veiculados no canal “Acorda Brasil” de Luiz F. Nobre⁹ e compartilhados no canal do Prof. Carlos R. Pioli no Youtube.

Já no Brasil, onde estão as duas maiores mineradoras de nióbio do mundo, Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM) e Anglo-American, respectivamente¹⁰, não se vê onde é investido o retorno vindo do metal ou se realmente há retorno. Essas informações deveriam ter ampla repercussão, mas a mídia pouco divulga ou noticia o produto. Sendo assim, a população em geral não sabe o que é ou para que serve o nióbio.

A mídia brasileira, principalmente a plataforma de Televisão aberta, é a grande fonte de informação da população no País. Segundo a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM), 79% da população assiste à televisão com o objetivo de se informar¹¹. Porém, não é comum ter na televisão aberta reportagens ou qualquer outra forma de conteúdo midiático relacionado ao nióbio.

Na grade dos canais abertos de televisão com maior audiência, não se vê programas pautados e focados em questões ambientais e científicas. Nos jornais e revistas eletrônicas, de maneira eventual, é possível encontrar alguns assuntos ambientais em forma de denúncia e não fonte de conhecimento, como é o caso do desmatamento na Amazônia¹².

O Brasil é também uma respeitável potência em outro recurso natural, o petróleo explorado a partir da camada de pré-sal. O pré-sal é uma área de reservas petrolíferas que fica debaixo de uma profunda camada de sal, formando um dos

⁹ Site do Youtube: Disponível em: <https://youtu.be/jwhl-Ye2I5w> >. Acesso em: 10/10/2016 às 21h51.

¹⁰ Site do estado: disponível em: www.economia.estadao.com.br/noticias/negocios,niobio-a-maior-riqueza-dos-moreiras-salles,169244e > Acesso em: 21/07/16 às 23:20hs

¹¹ Site da SECOM: Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf> >. Acesso em: 14/05/16 às 18h04.

¹² Site do EBC Agência Brasil: Disponível em: <http://www.m.agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-10/desmatamento-na-amazonia-sobe-em-2015-mostram-dados-do-inpe> >. Acesso em: 15/10/2016 às 19h25.

vários andares de rochas do subsolo marinho. Está a 5 mil metros abaixo do nível do mar¹³.

Diferentemente do nióbio, a mídia separou largo espaço para conteúdos produzidos sobre o pré-sal. De certa forma, justo. Por um período, o pré-sal foi tratado pela imprensa e pelo Governo Federal como uma das maiores descobertas da última década. Fato esse que chamou a atenção de grandes investidores nacionais e internacionais¹⁴.

Inegavelmente, o pré-sal teve um impacto positivo e relevante na economia nacional, fruto de alto e importante investimento financeiro no processo de captação. Inclusive, o Brasil e o mundo precisaram desenvolver novas tecnologias para poder superar os obstáculos impostos pela natureza.

“Diante desse desafio, as empresas petroleiras passaram a realizar pesquisas em busca de uma plataforma mais segura, que permitisse a exploração em águas mais distantes da costa, capaz de operar com ondas marítimas e ventos fortes. Também na área de equipamentos, importantes avanços tecnológicos iriam facilitar a construção de plataformas mais resistentes, em locais mais distantes da costa. [...] A marinha norte-americana criou os cilindros de oxigênio, que foram rapidamente utilizados em trabalhos de instalação de plataformas no mar; outros inventos importantes foram a solda aquática e o alicate hidráulico” (MORAIS, 2013, p. 97).

No entanto, o nióbio possui um alto valor de mercado e demanda investimento menor na captação, pois o metal é encontrado e extraído em minas a céu aberto¹⁵.

Entretanto, se compararmos o pré-sal com o nióbio, esse trabalho de pesquisa chega a fatos interessantes e de interpretações, no mínimo, relativas. Como por exemplo: o pré-sal está localizado a cinco mil metro abaixo do nível do

¹³ Site do Info Escola: Disponível em: <http://brasilecola.uol.com.br/quimica/o-que-presal.htm> >. Acesso em: 04/05/16 às 20h21.

¹⁴ Site da Carta Capital: Disponível em: <https://www.google.com.br/politica/congresso-libera-multinacionais-para-explorar-sem-a-petrobras/@@amp>>. Acesso em: 10/11/2016 às 01h23.

¹⁵ Site da Anglo American: Disponível em: http://brasil.angloamerican.com/nossos-negocios/niobio?sc_lang=pt-PT >. Acesso em: 31/05/2016 às 10h22.

mar, como citado anteriormente. Enquanto o nióbio é encontrado na superfície do solo¹⁶.

Segundo fato: o petróleo não é exclusivo do Brasil, nem tampouco somos a maior reserva ou produtor. Segundo a revista veja, o Brasil não faz parte nem dos dez maiores produtores¹⁷. Já o nióbio é praticamente inteiro do Brasil, que detém 92,89% de reserva e 98% da produção mundial. O nióbio, no caso, tem um poder de comércio maior na questão oferta e demanda, pois não há concorrência, a procura de todos os países chegaria unicamente em direção ao maior produtor mundial, o Brasil. Esse caso é comprovado atualmente pelas importantes propostas do mercado asiático em empresas mineradoras e exploradoras de nióbio¹⁸.

De 2010 para cá, o mercado asiático vem ganhando tamanho e notoriedade no mercado global de minérios. Os fatos mostram que a questão financeira não é um problema. Em 2016, após uma empresa chinesa, China Molybdenum Co (CMOC) comprar todo o negócio de nióbio e fosfatos da Anglo American¹⁹, o diretor executivo da empresa disse que a situação financeira é favorável. A aquisição marca a chegada da chinesa no Brasil, após ser criada em 2006. A estratégia é crescer por aquisição, por isso estudam sempre novas oportunidades. Fato é que os negócios adquiridos pela CMOC geraram um lucro antes de juros, impostos e afins de US\$ 143 milhões ainda em 2015.

Um pouco antes disso, em 2013, a maior exploradora brasileira de nióbio, a CBMM, também vendeu uma fatia milionária de 30% para empresas asiáticas.²⁰

O Japão é um dos maiores clientes do Brasil há décadas, mas recentemente, após a expansão do nióbio nos países asiáticos, perdeu seu posto para a China. Essa corrida pelo nióbio amplia e garante o mercado do minério no Brasil,

¹⁶ Site da Anglo American: Disponível em: http://brasil.angloamerican.com/nossos-negocios/niobio?sc_lang=pt-PT >. Acesso em: 31/05/2016 às 10h22.

¹⁷ Site da Veja: Disponível em: www.veja.abril.com.br/economia/os-10-paises-que-mais-produzem-petroleo-no-mundo/>. Acesso em: 10/11/2016 às 01h34.

¹⁸ Site do Estadão: Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,chineses-compram-15-da-cbmm-por-us-1-95-bi-imp-767399> >. Acesso em 15/09/2016 às 00h23.

¹⁹ Site do G1: Disponível em: www.g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2016/09/cmoc-conclui-negocio-com-anglo-no-brasil-e-mira-novas-oportunidades.html >. Acesso em: 06/10/2016 às 18h54.

²⁰ Site do G1: Disponível em: www.globo.com/economia/negocios/noticia/2013/04/monopolio-brasileiro-do-niobio-gera-cobica-mundial-controversia-e-mitos.html >. Acesso em: 05/06/16 às 03h32.

consolidando cada vez mais o nióbio como uma commodity fundamental para a economia nacional.

O minério será utilizado pelos asiáticos na produção de oleodutos, gasodutos, pontes, edifícios, cápsulas espaciais, mísseis, foguetes, reatores nucleares, torres eólicas, supercondutores e ressonância magnética²¹.

Há por parte do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) uma expectativa de crescimento produtivo e financeiro do nióbio para o ano de 2016, com aumentos nos lucros a partir do segundo semestre²².

O nióbio, por outro lado, segundo Edvaldo Tavares, médico e Diretor-Executivo da fundação Raiz da Vida, “Sistema altamente eficiente onde a pessoa aprende pensando, questionando, interpretando e reavaliando tudo que estuda”, esconde um ‘lado maldito’. Araxá, em Minas Gerais, como citado anteriormente, abriga a maior reserva de nióbio do País, além de contar também com uma comunidade indígena. Para o médico, a chuva química causada pela exploração de nióbio e outros minérios, prejudica a saúde dos habitantes, acaba com as plantações, além do meio ambiente.

“Juntamente com os problemas de saúde que afligem os residentes de Araxá, merece ser registrado que indústrias mineradoras produzem chuva química causando devastação nas plantações e no meio ambiente, flageando a saúde e o bem estar da população”. (TAVARES, 2011)

A poluição do ar é a grande causa da chuva ácida, que é um “tipo de precipitação pluviométrica com presença de gases poluentes misturados com água, formando compostos de ácidos”. A formação dos ácidos é resultado da queima de combustíveis fósseis. As plantas, o solo e os animais são danificados e prejudicados quando a chuva ácida chega cega até a terra²³. Em países em processo de industrialização, como o Brasil, é comum ver esse fenômeno.

²¹ Site Ásia comentada: Disponível em: www.asiacomentada.com.br/2011/03/niobio-brasileiro-com-participacao-asiatica/>. Acesso em: 12/10/2016 às 22h31.

²² Site do IBRAM: Disponível em: http://www.ibram.org.br/150/15001002.asp?ttCD_CHAVE=256431>. Acesso em: 15/09/2016 às 00h31.

²³ Site Toda Biologia: Disponível em: http://www.todabiologia.com/ecologia/chuva_acida.htm>. Acesso em: 13/10/2016 às 00h02.

O cenário, sem dúvida, é de fatos importantes que, deveriam merecer maior espaço nos veículos de comunicação, que informam grande parte da população, que nesse projeto foi chamado de grande mídia. Sem tomar qualquer partido nessas pesquisas, a favor ou contra o nióbio, é possível afirmar que há conteúdos, como aplicação, exploração e venda, que se encaixam nos critérios de notícias, principalmente, interesse público (LAGE, 2008).

Por meio de reuniões de pauta, são sugeridos e definidos os conteúdos que àquela edição abordará. Os critérios usados na seleção nem sempre suprem a falta de informação socioambiental do público, que espera um conteúdo isento e limpo de qualquer parcialidade. Conteúdo que a sociedade tem o direito de receber e a mídia o dever de produzir.

“Nas democracias liberais modernas, presume-se que a mídia promova uma ampla e diversificada cobertura das políticas públicas e dos assuntos de interesse público. Essa cobertura deveria ser diversificada e plural, a fim de permitir aos consumidores e cidadãos construir racionalmente suas próprias opiniões a partir do livre jogo de ideias e pensamentos”. (NASCIMENTO & VIANNA 2006, p. 11).

O Brasil não tem e não criou uma política específica para o minério. Fato que aumenta o prejuízo financeiro no País. É evidente que o Brasil necessita de uma política pública específica para a exploração e exportação do nióbio e de outros metais estratégicos. “Quanto às políticas públicas para o nióbio, no âmbito da discussão do novo código de mineração não há nenhum dispositivo no debate desta reforma, que considerasse de forma especial o nióbio como mineral estratégico”. (RUI, anexo).

É imprescindível a participação da mídia na divulgação desses fatos, sejam eles benéficos ou não para a economia ou qualquer outro sistema nacional. Pois, não é segredo que a mídia possui uma influência muito forte nas ações do País, seja ele qual for. Sendo assim, se tivéssemos na imprensa conteúdos que comprovassem a importância dos minérios para o crescimento da nação, haveria por parte dos responsáveis uma certa preocupação em regularizar todo o procedimento relacionado ao nióbio, pois teria um acompanhamento midiático de escala nacional que, limitaria práticas irregulares propositais ou não.

As questões minerais e ambientais devem ter, por natureza, um espaço maior nas pautas dos grandes veículos de comunicação do País, já que afetam de forma direta a vida dos cidadãos. De modo geral, a população não se preocupa em buscar atualizações dos fatos importantes no cenário ambiental. A imprensa, de certa forma, se omite frente aos fatos e não incita o interesse público na sociedade em relação, especificamente, do nióbio. Há de forma constante acontecimentos relacionados ao metal, que não são abordados na grande mídia.

Os jornais diários, assim como a televisão aberta, não costumam pautar esse tema. No desenvolvimento desta monografia será realizada uma análise e uma comparação de todas notícias de nióbio e todas as notícias sobre o pré-sal que foram veiculadas nos dois jornais diários de maior distribuição do Estado, a “Folha de S. Paulo” e “O Estado de S. Paulo”.

Na plataforma de televisão aberta, a análise será em torno dos conteúdos veiculados em duas emissoras de tevê, a “Rede Record de Televisão” e a “Rede Globo”. As análises serão feitas, em ambas as plataformas, com os conteúdos produzidos e publicados no período de 01/01/2010 até 31/12/2015. O objetivo é, justamente, entender a falta de conteúdo jornalístico relacionado ao nióbio na mídia nacional e, em contra partida, o excesso de informações sobre o pré-sal divulgado com frequência em diversos meios de comunicação.

1. 1 Comunicação e informação pública

Não é possível apontar uma definição para o conceito de comunicação pública. É um termo ainda abstrato. Segundo Elizabeth Brandão, esse conceito é bem amplo e abrange vários significados.

[...] A expressão comunicação pública vem sendo usada com múltiplos significados, frequentemente conflitantes. T tamanha diversidade demonstra que a expressão ainda não é um conceito claro, nem mesmo uma área de atuação profissional delimitada. Pelo menos por enquanto, comunicação pública é uma área que abarca uma grande variedade de saberes e atividades e pode-se dizer que é um conceito em processo de construção.
[...] (DUARTE, 2012, p. 1).

Elizabeth identifica que a comunicação pública está presente em pelo menos cinco áreas diferentes de conhecimento e atividade profissional. São elas, comunicação organizacional, comunicação científica, comunicação d Estado ou governamental, comunicação política e a comunicação da sociedade civil organizada.

Na área da comunicação pública científica, mais uma vez, é notável a importância de conteúdos desse nicho para a formação de interesses e opiniões da sociedade em geral. Além do conhecimento passado através das notícias.

[...] O que se entende hoje por comunicação científica engloba uma variada gama de atividades e estudos cujo objetivo maior é criar canais de integração da ciência com a vida cotidiana das pessoas, ou seja, despertar o interesse da opinião pública em geral pelos assuntos da ciência, buscando encontrar respostas para a curiosidade em compreender a natureza, a sociedade, seu semelhante. [...] (DUARTE, 2012, p. 3).

O fato é que quando essa informação não é passada pela mídia de forma que desperte o interesse público, abre espaço para outro tipo de comunicação pública identificada por Elizabeth como estratégias de comunicação da sociedade civil organizada. Isso acontece quando qualquer outro meio de comunicação não oficial ou algum membro da sociedade civil ou terceiro setor desenvolve uma prática de informação capaz de noticiar a comunidade.

“Trata-se de práticas e formas de comunicação desenvolvidas pelas comunidades e pelos membros do terceiro setor e movimentos sociais ou populares que também é conhecida como comunicação comunitária e/ou alternativa. [...] Entre as reivindicações mais recentes e polêmicas propostas por movimentos sociais, encontra-se o direito ao acesso e ao uso de tecnologias de comunicação para a criação de novos meios (e não, apenas, o acesso aos meios já existentes). Significa que as comunidades organizadas querem se apropriar dessas tecnologias para estabelecer sua própria maneira de informar, de estabelecer uma comunicação que leve em conta as prioridades, a estética e a linguagem dessas populações”. (DUARTE, 2012, p. 7).

O Governo também tem uma responsabilidade social em manter a população informada e atualizada. Acima de tudo, a informação originária do Governo deve vir

em forma de convite à população, para que participem das questões e ações importantes que decidirão o rumo do País.

[...] Ela é um instrumento de construção da agenda pública e direciona seu trabalho para a prestação de contas, o estímulo para o engajamento da população nas políticas adotadas, o reconhecimento das ações promovidas nos campos políticos, econômico, e social, em suma, provoca o debate público. Entendida desta forma, a comunicação promovida pelos governos (federal, estadual ou municipal) pode ter a preocupação de despertar o sentimento cívico; informar e prestar contas sobre suas realizações, divulgando programas e políticas que estão sendo implementadas; motivar e/ou educar, chamando a população para participar de momentos específicos da vida do País; proteger e promover a cidadania. [...] (DUARTE, 2012, p. 5).

Porém, não há conteúdo governamental produzido na área ambiental e científica. Ou seja, a população é, de certa forma, impedida de interagir ou participar das decisões. Muitas vezes, nem sabe ou conhece o que está sendo feito ou mudado na área do meio ambiente.

1. 2 A informação como fonte de conhecimento

O conhecimento é o conjunto de todo assunto dominado ou adquirido pelo indivíduo, com a capacidade advinda de questionar e raciocinar. A informação é um conjunto de conhecimento de um determinado assunto, notícia ou dados levados a público por meios dos veículos de comunicação, ou seja, pela mídia e, que vem acompanhado de uma instrução ou explicação²⁴.

A informação como fonte de conhecimento é quando o informado tem o primeiro contato com algo ou alguma coisa por meio da comunicação passada pela imprensa (MACHADO, 2006, p.27.). Através desse contato, o informado irá buscar novas informações, novos questionamentos e, o mais importante, novas respostas.

Literalmente, não há opções de produções jornalística que instigue o debate crítico sobre meio ambiente ou, simplesmente, para a população ter acesso,

²⁴ SM. **Dicionário Didático**. São Paulo, Edições SM, 2009.

conhecer e entender um pouco sobre esse assunto. Também não há esse debate na formação do cidadão, no caso, na escola, que segundo o Professor Eduardo Batman Junior, seria um ótimo começo. “A educação ambiental, em todos os níveis de ensino, é um bom começo para conscientizar as novas gerações” (JUNIOR, anexo).

Essas brechas de informações que não são preenchidas na formação do cidadão e, em seguida, a falta de pautas desse nicho para a população não deixa de ser uma perda grande na questão de conteúdo. Uma informação passada de forma transparente e profissionalmente tratada, se torna uma criadora de conhecimento.

[...] A informação, ao passar conhecimento, vai ensejar da parte do informado a criação de novos saberes, através do estudo, da comparação ou da reflexão.

Para fazer evoluir a cultura científica importa que o público seja bem informado e participe, com conhecimento de causa, em debates. Promover a cultura científica faz parte de uma boa higiene democrática. É indispensável para permitir ao público compreender e orientar o progresso. O processo tecnológico transformou a informação em um bem jurídico capaz não só de satisfazer a necessidade de saber, como também influir decisivamente no seu uso. Proteger a capacidade de reflexão é o que se propõe o direito de informação. [...] (MACHADO, 2006, p.27.).

Claro que ao passar informações à sociedade, a mídia tem que levar em consideração a realidade e o contexto em que é produzida. A preocupação com a produção e o sentido da informação devem ser baseadas no poder de entendimento crítico, geográfico e lógico da comunidade. Os veículos de comunicação devem buscar um consenso ao noticiar os fatos, abrindo mão de ideologias editoriais ou financeiras de grupos específicos.

[...] Os objetos que nos servem são, cada vez mais, objetos técnicos, criados para atender finalidades específicas. As ações que contêm são aprisionadas por finalidades que, raramente, nos dizem respeito. Vivemos em um mundo exigente de um discurso das ações, indispensável à sua legitimação. Mas ambos esses discursos são, frequentemente, tão artificiais como as coisas que explicam e tão enviesados com as ações que ensejam. [...] (SANTOS, 1992, p.99-100).

2 ANÁLISE QUANTITATIVA E QUALITATIVA DO NIÓBIO NA “FOLHA DE S. PAULO”

Mesmo com a ascensão dos meios digitais e a grande procura pela televisão aberta como fonte de informação, a mídia impressa ainda possui grande relevância e credibilidade na sociedade. Segundo a Secom, 76% da população brasileira lê jornal impresso pelo menos uma vez na semana, com o objetivo de se informar. Porém, no meio impresso há também uma grande escassez de notícias relacionadas ao meio científico e ambiental. Para a Jornalista Miriam Santini de Abreu, um dos motivos é a falta de qualificação profissional que há nas redações dos veículos de comunicação no Brasil.

“Tais temas são cobertos com mais frequência e profundidade em poucas publicações impressas e sites especializados. São temas que exigem conhecimento com certo grau de profundidade para produzir boas pautas, encontrar boas fontes e escrever textos que, de fato, aprofundem o papel da ciência e da tecnologia no atual período histórico, e tal grau de aprofundamento é incompatível com a estrutura das redações hoje, cada vez mais enxutas, mais jovens, com alta rotatividade e pouco interesse na formação de quadros profissionais que se qualifiquem para a temática” (ABREU, anexo).

Um dos jornais diários com maior tiragem do País, a Folha de S. Paulo, no período delimitado de 01/01/2010 até 31/12/2015, teve 1.825 edições. Dessas edições, 34 páginas foram dedicadas a conteúdos que tratam especificamente do nióbio, ou seja, a média é de uma página a cada 54 edições do noticiário. Isso, no geral, sem fazer qualquer filtro no acervo digital da Folha por reportagem, editoria, caderno, entre outros. A única filtragem feita foi por período.

Antes de analisar os conteúdos veiculados na Folha de S. Paulo neste período, há um outro dado que precisa ser levado em consideração nesta monografia. No mesmo espaço de tempo em que apenas 34 páginas do veículo foram destinadas ao nióbio, 7.215 páginas foram preenchidas com conteúdos sobre o pré-sal, a média é de 4 páginas por edição. Notavelmente, a diferença é enorme quando os dois recursos são colocados em comparação. Vale lembrar que, o próprio material usado na captação do pré-sal é feito de nióbio.

2. 1 Editoria Mercado

A editoria Mercado foi a que mais contemplou nióbio em suas reportagens, foram 25 matérias de um total de 34. A primeira matéria abordando o nióbio neste período foi na página b8, quinta-feira, 5 de agosto de 2010. Na oportunidade, a reportagem, assinada por Paulo Camillo Penna e intitulada de “Brasileiras anunciam recorde de investimentos até 2014”, fazia uma análise de mineração num cenário de possível recuperação das mineradoras brasileiras após o golpe sofrido pela crise internacional.

Na época, o repórter revelou que um estudo feito pelo IBRAM (Instituto Brasileiro de Mineração), apontou um “total de US\$ 62 bilhões especialmente em novos projetos”. O panorama era de evolução no mercado de minérios, porém numa escala de investimentos previstos para 12 produtos setoriais, o nióbio ficava em penúltimo lugar com R\$ 700 mil, a frente apenas do carvão, que previa R\$ 500 mil em investimentos.

De fato, não era o nióbio o centro da pauta desta reportagem, tanto é que foi citado apenas no gráfico e não no corpo do texto. A matéria não havia subtítulo e no lead, primeiro parágrafo em destaque, que fornece o conteúdo abordado e as principais notícias para o leitor, falava da superação do mercado em relação ao golpe da crise que impactaria nos investimentos futuros.

Entretanto, de forma até contraditória, na mesma página, num sábado 10 de outubro de 2010, o nióbio teve um espaço dedicado de forma específica e foi o personagem principal da reportagem “Eficiência elevará o consumo de nióbio”, assinada pela repórter Tatiana Freitas de São Paulo. A jornalista, já no subtítulo destacou o investimento da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM) de R\$ 800 milhões até 2015, já que a empresa é responsável por atender 80% de toda a oferta mundial do nióbio e esse investimento era, justamente, para suprir essa demanda. Em seguida, inicia-se a reportagem explicando o principal objetivo do nióbio, aumentar a resistência do aço.

Na ocasião, a CBMM previa um aumento de 60% nas vendas do nióbio, que representaria uma ascensão de 62 mil para 100 mil toneladas de produto produzido. A ascensão do mercado asiático no setor de minério já era notável à época. A China já era a maior compradora de nióbio e usava apenas 25 gramas da commodity para

cada tonelada de aço. Países mais desenvolvidos tecnologicamente, principalmente da Europa e o Japão, se colocavam como grandes clientes do Brasil no ramo. Um fato bem relevante é o de o CEO da CBMM no período, Tadeu Carneiro, salientar para o grupo Folha a importância de espalhar e compartilhar o conhecimento do nióbio para que outros clientes pudessem utilizar a tecnologia do minério, o que mais uma vez, fundamenta a ideologia da mídia noticiar o produto. “O nosso programa é disseminar o conhecimento para que esse pessoal passe a utilizar a tecnologia”, declarou.

A terceira reportagem da editoria de mercado intitulada “Bens brasileiros são ‘vitais’ para EUA” foi publicada na página a14 Mundo, terça-feira, dia 07 de dezembro de 2010. Nessa, a pauta trata de uma lista vazada pelo Wikileaks que afirma que o nióbio é um dos “itens estratégicos” para o governo dos Estados Unidos da América. Sendo assim, não especifica o nióbio, porém mais uma vez destaca a sua importância.

O próximo conteúdo não foi com viés positivo. Mais uma vez a jornalista Tatiana Freitas assinou uma reportagem sobre minérios, “Grandes da mineração fazem menos aquisições”. Mas desta vez para relatar a incerteza do mercado e o conservadorismo nos investimentos. A publicação é de 19 de maio de 2012, na página b16. No subtítulo, a autora explica que as empresas estão priorizando acordos e projetos já existentes, se limitando a não correr riscos futuros.

Em seu lead, Freitas destaca o papel e o impacto da crise da Europa neste resultado negativo no setor mineral que, inclusive, reflete também nas propostas asiáticas. Nessa oportunidade, Tatiane Freitas entrevista o sócio da consultora PwC e líder de mineração da mesma. Mais uma vez, o entrevistado salienta a estratégia das gigantes da mineração em apostar nos projetos já existentes em vez de criar novas apostas, “é o conservadorismo no momento de crise” a definição dada pelo especialista.

A reportagem é prosseguida com dados que mostram a baixa no setor mineral, e a previsão de um novo recorde positivo tida antes como provável, é adiado e deixado em segundo plano, para um prazo mais extenso. Mais uma vez, o nióbio foi citado no fim da reportagem, neste caso, no último parágrafo do texto.

Na mesma página da edição, o jornalista Pedro Soares trata em seu texto da tentativa de negociação da empresa Vale em atracar seus megacargueiros (com capacidade de carregar até 400 mil toneladas de minério de ferro) em países asiáticos, principalmente Japão e Coréia, após ser barrada na China. A ideia da Vale, segundo o diretor executivo de minério de ferro, Carlos Martins, é aliviar parte da carga contida em terminais flutuantes nas Filipinas.

2012 foi o ano em que mais notícias relacionadas ao setor mineral foram veiculadas na Folha de S. Paulo, ao todo são 8 reportagens. O ano iniciou com uma boa notícia, intitulada “Em ano de recordes, matéria-prima ganha espaço nas exportações”, ou seja, o recorde previsto em matérias anteriores, enfim fora alcançado. O aumento da participação do setor nas vendas externas foi de 59% em 2010 para 62% em 2011, informação que, devida importância, fora estruturada no subtítulo da matéria. Um dos motivos do avanço mineral e do recorde já vem explícito no lead do texto, os preços mais altos asseguraram as receitas inéditas para o agronegócio e para a mineração no comércio exterior no ano de 2011. Aqui, não se fez necessário citar o nióbio de forma específica, pois o aumento foi geral.

Dividindo espaço na página, uma multa recebida pela empresa Vale por vazamento no Estado do Rio de Janeiro também foi destacada. Uma análise do relatório, que trazia o panorama energético para todo o mundo até 2035, ficou com a área integral da direita da página b4 do dia 4 de janeiro de 2012.

Em pleno natal de 2012, o último conteúdo do ano direcionado ao setor mineral foi publicado na Folha, na página a15. A notícia ocupou 50% do total de espaço da folha, pois a outra metade foi tomada inteira pela propaganda de uma microssérie da Globo, dividida em quatro capítulos, que estrearia naquela noite, “Xingu”. Voltando para o foco, “Mineração fica dez vezes maior na década” foi o título da reportagem que pode ser considerada um presente de natal para as empresas minerárias brasileiras.

Na ocasião, o orçamento seria de US\$ 75 bilhões até 2016 e o Brasil respondia por 20% dos investimentos mundiais do setor. Segundo o lead da matéria, investimentos com garantia de menor risco eram possíveis graças a tecnologia, que permitia conhecer melhor as reservas descobertas. A respeito do crescimento, principalmente do valor da produção mineral brasileira, que estimava-se em US\$ 55

bilhões em 2012, destacava dois estados brasileiros no cenário, Minas Gerais com 48% e Pará com 28% de toda produção nacional.

O minério de ferro continuava a ser o carro chefe, sendo o mais explorado do País. Porém, no momento da crise que ainda assolava a Europa, um menor consumo do ferro impulsionou novas quedas. Ou seja, mesmo a crise afetando o cenário nacional e internacional, o valor de produção mineral se elevou nos últimos anos. Nesse período, o nióbio aparecia empatado tecnicamente com o ouro em segundo lugar na lista dos principais metais explorados.

No entanto, mesmo o Brasil estando presente no top 10 do ranking mundial dos maiores produtores minerais do mundo, entre os líderes é o que menos investe em pesquisas no setor. Países como Chile, equivalente a 9% do território brasileiro, segundo a reportagem, e Peru, que investe o mesmo montante que o Chile, investem mais que o Brasil. Essas informações foram postadas no mesmo dia em uma coluna do lado direito da página.

O fato é, no mínimo, estranho. Pois, mesmo sem pesquisa os números brasileiros cresceram. Então, a conclusão que se chega, é a de que se houvesse maior investimento em pesquisas direcionadas, poderia haver um aumento relevante além do anunciado.

“No jogo da tecnologia mineral não é deter o minério em si que é decisivo e sim tecnologias que envolvem o minério. [...] O Brasil deveria aproveitar melhor o potencial que tem sobre a substância mineral, como metal estratégico e investir em tecnologias voltadas para o desenvolvimento nacional (infraestrutura, saúde etc.)”. (PEREIRA, in anexo.)

Em 2015, último ano do recorte aplicado à pesquisa, apenas dois registros de nióbio foram encontrados. No primeiro, dia 20 de março de 2015, na página a4 Poder, o minério foi citado no canto inferior esquerdo da estrutura da Folha. No caso, o prefeito de Manaus, Arthur Virgílio, declarou ser proprietário de uma mina de ouro, diamante e nióbio, mas o foco era a cidade de Manaus e seu desenvolvimento, inclusive, como cidade sede dos jogos olímpicos.

Já na última matéria do ano de 2015 publicada na Folha numa quinta-feira, 3 de dezembro, a ascensão do mercado asiático mais uma vez foi salientada. O título da reportagem era “Acordo China-Austrália mexe com o Brasil”, assinada por André

Soares, a matéria tratava do acordo assinado entre a China e a Austrália, que englobava as esferas comercial, de serviços e de investimento mútuo. No subtítulo, a porcentagem das exportações brasileiras para países asiáticos chamava a atenção, principalmente da Austrália, que diretamente competiam 57% do valor das exportações brasileiras.

O texto teve sequência com o autor explicando os fatos acerca do acordo, como benefícios e obstáculos para China, Austrália e Brasil, que também foi afetado pelo acordo. O nióbio foi citado no 11º parágrafo da matéria, onde o autor expôs que a partir do acordo, a Austrália deveria ter mais cautela em alguns produtos específicos que ficariam com o valor menor em comparação com os mesmos produtos brasileiros na China, no caso, um desses produtos era o nióbio. Ou seja, mais uma vez o nióbio brasileiro foi destacado como valioso no cenário internacional.

Na mesma página, outra notícia que tratava de aumento de exportação para a China, dessa vez de soja, mostrava que o Brasil chegaria a exportar o equivalente a US\$ 25 bilhões no complexo grãos, farelo e óleo no ano seguinte, 2016. Desse montante, segundo o texto de Mauro Zafalon, colunista da Folha, 76% do valor viria de grãos de soja. O texto explica ainda, que a indústria brasileira queria mudar esse perfil, a ponto de deixar um pouco mais favorável as exportações de produtos com valor agregado. O foco principal da mudança era a China, que representava 75% da exportação da commodity.

2. 2 Editoria Especiais

Na editoria “Especiais” do jornal impresso Folha de S. Paulo, o nióbio foi citado em apenas duas oportunidades nesses cinco anos. Nenhuma delas teve uma finalidade jornalística ou de fonte de conhecimento pela informação.

Embora não tenha vindo em forma de conteúdo jornalístico, a primeira citação do nióbio nesta editoria veio, de forma direta ou indiretamente, como transmissão de conhecimento. Num domingo, 13 de novembro de 2011, a Folha de S. Paulo publicou um simulado que, na questão de número 61 abordava o nióbio como personagem principal da pergunta. No desenvolvimento da questão era informado

que o Brasil era o País com a maior reserva e produção mundial do produto e, que o minério era importante na produção de outros aços. Informava também que em 2010 as reservas de nióbio eram de aproximadamente 840 milhões de toneladas. A produção estimada na época era de 80 mil toneladas, o que era equivalente a 96% da produção mundial. Esses dados expostos na questão era fundamentado em informações do DNPM. A questão foi prosseguida com informações químicas.

Mesmo não sendo conteúdo jornalístico, o texto do simulado trouxe informações importantes do minério. Fato que não ocorreu na segunda página da editoria em que houve uma citação do nióbio.

O nióbio, no dia 26 de fevereiro de 2012, foi citado em forma de anúncio na página 94. O anúncio ficou exposto até o dia 3 de março. No caso, o nióbio era oferecido como matéria prima de tiaras de casamento para noivas que queriam fugir do tradicional. O trabalho era da designer Marina Sheetikoff, que oferecia também tiaras em fios de prata para quem não escolhesse pelos fios de nióbio. Vale registrar que as tiaras feitas com fio de nióbio dividiam espaço na página com propagandas de lingerie da Jogê, sutiãs da grife Calvin Klein e chapéus e grinaldas da Madame Olly, entre outras propagandas de roupas íntimas e joias.

2. 3 Editoria Classificados

Na editoria classificados, na Folha de S. Paulo, o nióbio foi relatado 6 vezes, onde duas delas chamam muito atenção. Nessas duas citações, não há acerca do metal produções noticiosas, porém o conteúdo divulgado mais uma vez mostra a importância do minério para o Brasil. Dessa vez, o nióbio traz impregnado em seus desdobramentos uma área que é bastante afetada pelos seus acontecimentos e, além disso, uma área que é totalmente “preocupada” com suas aplicações, reserva e produção, a política.

No dia 4 de outubro de 2012, na página a8 do primeiro caderno, foi publicado um texto com autoria de Marcelo Coelho na seção “Questões de Ordem”. No texto, intitulado de “Sete peças no quebra-cabeça”, Coelho questiona alguns encontros entre José Dirceu e banqueiros que tenham contado também com a presença do publicitário Marcos Valério e do tesoureiro do Partido dos Trabalhadores (PT),

Delúbio Soares. Todos esses pontos foram expostos no julgamento do escândalo do “Mensalão”. O contexto do julgamento na época era que os juízes estavam analisando se houve realmente compra de apoio político ao congresso.

Fato é que a exploração de uma mina de nióbio teria sido pauta de algumas dessas reuniões, segundo os acusados. Porém, Coelho questiona a veracidade dessa confissão, ao expor em seu texto que o assunto teria de ser tratado com algum ministério mais apropriado e não com proprietários do Banco Rural e BMG.

Já no dia seguinte, numa sexta-feira, dia 5 de outubro de 2012, foi divulgada na Folha de S. Paulo uma tabela onde os argumentos expostos durante o decorrer do julgamento pelo então ministro, Ricardo Lewandowski, eram confrontadas com os argumentos da defesa de José Dirceu e dos Banqueiros. Para Lewandowski, a mera existência desses encontros não é suficiente para condenar Dirceu e que todos os testemunhos indicam que o tema dessas reuniões era o levantamento da liquidação do Banco Mercantil de Pernambuco, que seria interesse do Banco rural.

A defesa de Dirceu confirma a pauta da liquidação do Banco Mercantil de Pernambuco e alega, mais uma vez, que a exploração de nióbio também foi pautada nessas reuniões. É, no mínimo, “esquisito”. Esse foi o termo usado por Coelho para descrever uma reunião sobre nióbio feita pelo José Dirceu, um publicitário, o tesoureiro do PT e os banqueiros, sem a presença de ministérios específicos e adequados.

2. 4 Folha Ilustrada

No espaço destinado a conteúdos de passa tempo, como tiras em quadrinhos, palavras cruzadas, sudoku e astrologia, o nióbio foi citado cinco vezes durante o período de cinco anos. Todas as vezes no jogo de palavras cruzadas. Isso mesmo, o jogo de palavras cruzadas teve o nióbio em seu repertório mais vezes que algumas editorias com fins jornalísticos no período pré-determinado da pesquisa.

Na primeira vez que foi abordado pela brincadeira, no dia 21 de janeiro de 2013, o leitor deveria preencher um espaço com duas letras com a resposta da pergunta: qual o símbolo químico do nióbio? A resposta correta é Nb.

Numa outra edição das palavras cruzadas, essa dada numa sexta-feira, dia 6 de dezembro de 2013, a questão para que o leitor completasse a coluna horizontal destinada ao nióbio era saber qual o outro nome dado ao produto. A resposta é colúmbio, nome dado ao nióbio em meados de 1734, quando o metal foi descoberto na Inglaterra.

Em dezembro de 2013, agora na coluna vertical se tratando em estrutura do jogo, mais uma vez foi perguntado qual era o símbolo químico do nióbio, o Nb. Nas últimas duas vezes, o nióbio foi citado novamente na pergunta que trata seu símbolo químico, no dia 6 de julho de 2015 e pela última vez dia 3 de setembro de 2015.

A Folha ilustrada deixa uma dúvida no ar. Se pouco promove pautas jornalísticas relacionadas ao minério, será que ao desenvolver uma estrutura de palavras cruzadas e realizar perguntas a respeito do nióbio, perguntas difíceis inclusive, a intenção é que os leitores em geral saibam responder?

3 ANÁLISE QUANTITATIVA E QUALITATIVA DO NIÓBIO NO “O ESTADO DE S. PAULO”

Assim como a folha, o jornal “O Estado de S. Paulo”, popularmente conhecido como Estadão, um dos maiores em termos de tiragem e melhores em termos de credibilidade, teve no período de 01/01/2010 até 31/12/2015 1.825 edições, sendo que na edição nacional do impresso o nióbio foi citado 30 vezes. A média é de uma notícia relacionada ao nióbio a cada 60 edições do jornal. Em comparação, o pré-sal foi noticiado em 5.981 oportunidades, com média superior a três notícias a cada edição.

3.1 Caderno Economia

No caderno de economia do jornal “O Estado de S. Paulo”, no período dos cinco anos correspondente à pesquisa, 13 matérias foram publicadas contendo em seus conteúdos o minério nióbio. A primeira reportagem que abordou nióbio em seu conteúdo foi publicada num domingo, dia 21 de fevereiro de 2010, na página b16, intitulada de “Europa e China disputam matérias-primas” e assinada pelo correspondente de Genebra, Jamil Chade. A matéria relatava a dificuldade da Europa em ter acesso a matérias-primas e já no subtítulo trazia a informação de que os europeus adotariam a chamada “diplomacia da matéria-prima”.

No lead, informações obtidas de estudos feitos pela Comissão Europeia, no qual o Estadão teve acesso, indicavam que o crescimento da população mundial, a nova posição dos países emergentes, o consumo da China, a especulação e políticas de nacionalização de recursos em vários países se transformaram nos principais desafio para o mercado de commodities. Vale registrar mais uma vez que a ascensão do mercado asiático, desta vez representado pela China, foi destacado.

O Brasil e o nióbio foram citados na segunda parte do texto, onde primeiro é exposto o fator geográfico que desfavorece a Europa, no caso as jazidas de minério estarem localizadas nos países em desenvolvimento e os novos produtos para celulares, baterias e outras tecnologias também. Por exemplo, a fonte de 90% do nióbio usado para gasodutos e jatos estarem no país tropical.

O texto segue com a descrição dos obstáculos enfrentados pelos europeus, incluindo a crescente nacionalização dos recursos naturais pelos países em desenvolvimento. A segunda parte da matéria termina com a informação de uma

mudança significativa: há 30 anos, 70% das reservas mundiais de petróleo estavam em mãos de multinacionais. Na ocasião, em 2010, 80% já estavam em áreas controladas por estatais.

A terceira camada do texto é denominada “Fator China”, no primeiro parágrafo desse assunto a China, a Índia e o Brasil são citados como economias emergentes em crescimento, ou seja, mais um fator criador de tensões no mercado para os europeus. A China recebeu tanto destaque nessa oportunidade, que até a foto principal da matéria é a imagem de uma siderúrgica chinesa representando o disparo da produção mineral no país. A foto, grande, ocupou exatamente o centro da página, no meio do texto.

A segunda citação de nióbio no Estadão demorou em média quatro meses para ser publicada. Dessa vez, o minério não teve tanto espaço e foi diagramado no final da página b2, no dia 15 de junho de 2011. O Brasil também não teve relação com a nota, que era sobre o Afeganistão. O texto com o título de “Afeganistão tem cerca de US\$ 1 tri em minérios” não teve assinatura de algum jornalista. A informação foi embasada numa pesquisa feita pelos Estados Unidos da América (EUA), onde alguns especialistas duvidavam da capacidade do país destruído pela guerra de gerenciar esse potencial mineral. As reservas eram de lítio, ferro, ouro, nióbio, cobalto e outros minerais, segundo o jornal americano “New York Times”. A mesma fonte indicava que os recursos poderiam transformar o Afeganistão num centro global de mineração.

Numa quinta-feira, 26 de agosto de 2010, na página b8, mais uma matéria enaltecendo o mercado asiático e incluindo o nióbio nos produtos mais exportados foi publicada. Porém dessa vez, o texto escrito por Alberto Tamer seguia outra pauta, a de que mesmo a China sendo o grande parceiro do Brasil, o primeiro após passar os Estados Unidos, essa parceria no geral não compensa para nós. O título dessa vez era “A China que não Compensa”, sem subtítulo. Já no primeiro parágrafo, o autor indica os fatores que levam a duvidar do acordo entre os dois países. Primeiro: é um mercado distorcido, em números gerais esconde graves desequilíbrios que ameaçam a indústria nacional, incapaz de competir com o protecionismo cambial. Segundo: estamos criando emprego e renda lá em detrimento de emprego e renda aqui.

Segundo a ideia do texto, o fato é que todos estão felizes, por enquanto, e o único medo é a agressividade chinesa na compra de terras e minas no País. Na

terceira parte do texto, denominado de “China e Brasil”, o autor vê com preocupação a expansão do comércio entre os países. Alguns dados são expostos. Os números da balança comercial mostram que as exportações para a China tiveram um aumento de 25% no primeiro semestre de 2010, e que a China foi o nosso maior mercado mesmo com superávit comercial caindo de US\$ 5,3 bilhões para US\$ 3,5 bilhões.

O nióbio era um dos produtos responsáveis pelo aumento presente nas negociações. O nióbio somado com grãos de soja, minério de ferro, petróleo e pasta química de madeira representava mais de 83,5% do total de exportações para o mercado Chinês. Esses dados eram oficiais da balança de comércio bilateral.

A última parte do texto, chamada por Tamer de “EUA ficaram de lado”, afirma que o Brasil se entusiasmou demais com a China e desprezou outros parceiros comerciais, inclusive os Estados Unidos. Essa informação foi fundamentada num levantamento feito pelo Departamento de Economia do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), que mostrava que entre 2004 e 2009 as exportações brasileiras aumentaram 58%, mas as vendas para os Estados Unidos cresceram apenas 22%. Em 2010, o Brasil representava pouco mais de 1% das importações dos Estados Unidos, número que chegou a ser de 4% em 2004.

A matéria que encerrou o ano de 2010 do caderno de economia foi a de Gilles Lapouge, publicada no dia 27 de setembro de 2010, uma segunda-feira, na página b12. O título era “A caça ao meta raro, novo ator da história”, também sem subtítulo. O texto começa com Lapouge citando as viagens do chanceler japonês a países bizarros (termo usado pelo autor), como Tanzânia, Cazaquistão, Mongólia etc. E não a grandes capitais mundiais como Berlim e Londres.

Isso porque o Japão é campeão em altas tecnologias e faminto por metais raros, indispensáveis para aparelhos com tecnologia de ponta, e que podem ser encontrados nesses países, explica o autor. A China é grande produtora em vários desses metais, hegemonia que garante trunfo industrial e comercial, e é óbvio, político e diplomático. Esses metais raros são utilizados pelas indústrias de alta tecnologia em quantidades pequenas, gramas as vezes. Mesmo assim, atingem preços impressionantes.

O nióbio é citado como um dos metais mais raros e cobiçados, o Brasil aparece no texto como sendo o principal produtor, muito à frente do Canadá, que produz fatia menor que 2% do minério. O texto segue disseminando as informações

sobre os metais mais raros, os principais países produtores e exportadores dos respectivos produtos. Porém o texto termina com a recordação de guerras no passado por petróleo, o temor de uma guerra por água a curto prazo e um questionamento de que um dia possa haver uma guerra por metais raros.

Em 2011, mais quatro matérias de nióbio foram publicadas. A primeira delas em quatro de março, uma sexta-feira. A notícia com maior destaque nesta página era a de mais uma aquisição de Eike Batista “Eike compra Ventana Gold por US\$ bilhão”. O nióbio foi relatado numa notícia com menor espaço, que trazia a informação da venda de 15% de uma das mais importantes produtoras de nióbio do mundo, a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM). A aquisição foi feita mediante junção entre Nippon Steel, JFE, Posco e outras companhias asiáticas, e o negócio foi fechado em US\$ 1,8 bilhão. Mais uma vez a ascensão e procura por minério da China foi destacada.

A matéria seguiu com a informação que a China estava vasculhando o mundo em busca de ativos de petróleo e gás, commodities e outras matérias-primas, incluindo o metal raro, nióbio. Toda essa procura era para alimentar sua aquecida economia na época. A matéria terminou com os dados da fabricação de 80 mil toneladas de nióbio no Brasil em 2010. O resto do mundo fabricou apenas 3 mil, segundo a agência de notícia Reuters.

No mesmo mês, numa segunda-feira, dia 28, uma reportagem assinada por Marcelo Portela dizia “Brasil ignora minerais estratégicos” em seu título. Já no subtítulo outra constatação relevante, “Na contra mão do mundo, governo não investe em pesquisa e exploração de terras raras, cada vez mais usadas na indústria de ponta”. O nióbio foi citado já no primeiro parágrafo, lembrando a recente venda de 15% da CBMM para grupos asiáticos, seguida de um alto e claro indicativo de interesse que algumas nações têm em matérias-primas estratégicas. Mesmo assim, as terras raras não são o foco dos investimentos do governo nacional.

Segundo a matéria, terras raras é o conjunto de 17 elementos químicos, a maioria não é conhecido pela população, mas provavelmente as pessoas têm ou já tiveram contato com alguns deles por meio de produtos derivados desses minérios, como smartphones, iPods, fibras óticas, baterias para carros híbridos, vidros e lentes especiais, entre outros.

A China, mais uma vez, está presente de forma direta na vida econômica do Brasil, pois enquanto o Brasil capengava no mercado minerário, a China avançava e tornava mais viável economicamente a importação do material. Nesse quesito, o Brasil ocupava o terceiro lugar entre os maiores produtores mundiais, perdendo para China e Índia, respectivamente. Como o governo titubeava nos investimentos e na retomada de pesquisas, os empresários foram atraídos para esse mercado cada vez maior. Após a queda das exportações chinesas, o preço da tonelada de terras raras chegou a ser de US\$ 50 mil. Aumento de 1.000% em relação aos US\$ 5 mil que custava antes.

O texto se finaliza relatando uma dificuldade que é o alto custo dos investimentos para pesquisar e explorar novas reservas de terras raras. O Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), indica e defende uma análise mais detalhada do solo por parte do governo, como forma de reduzir os riscos.

No dia 25 de abril de 2011, na página n2, uma nota foi publicada sem assinatura com o título “Anglo American leiloa a Copebrás”, cujo objetivo principal era informar o anúncio de um plano global de reestruturação onde alguns ativos minerais foram colocados à venda, entre eles a Copebrás, que era a responsável do grupo por fabricar fertilizantes no Brasil. Segundo o Estadão, a Anglo American manteve de forma exclusiva negociação com a Vale, que chegou a realizar uma proposta, mas o valor foi rejeitado já que era inferior ao esperado pelo Anglo. A brasileira Vale também mostrou interesse numa mina de nióbio, retirada da mesa de negociação, o que emperrou de vez o acordo entre as empresas.

Sendo assim, a Anglo decidiu abrir o processo de vendas para outras empresas, onde apareciam como interessadas a CSN, o Grupo Votorantim e um grupo Chinês. Para a Vale, sobrou apenas acompanhar o processo. Na época, a Anglo American comentou apenas que venderia a Copebrás num momento propício e que não comentaria especulações. Até o fechamento daquela edição, a Copebrás não havia sido vendida.

O nióbio foi tratado pela última vez no ano de 2011, no começo de setembro, onde mais uma notícia de aquisição da China foi manchete. Dessa vez “Chineses compram 15% da CBMM por US\$ 1,9 bi” foi o título da reportagem, que logo no subtítulo, pela primeira vez foi mencionado o grupo Moreira Salles, dono da CBMM, maior produtora de nióbio do mundo, com mais de 80% do mercado.

A família Moreira Salles, representada pelo banqueiro Walther Moreira Salles, foi convencida em 1965 pelo almirante da marinha americana, Arthur W. Radford a investir dinheiro em um empreendimento para produção de nióbio. Na ocasião, não havia mercado nem comércio para o minério em pó, mas estudos já sugeriam que pequenas quantidades do metal poderiam tornar o aço mais resistente e flexível. Tratava-se de um empreendimento arriscado, porém após adquirir gradualmente a porcentagem da Molycorp, o nióbio fez dos Moreira Salles a família mais rica do Brasil²⁵.

Em março de 2011, como já citado anteriormente, a CBMM já havia vendido uma fatia de 15% para um grupo empresas chinesas, japonesas e sul coreanas por US\$ 1,8 bilhão, agora quatro meses depois, uma fatia equivalente foi negociada por US\$ 1,95 bilhão. As empresas chinesas que adquiriram a segunda venda foram CITIC Group, Anshan Iron & Steel Group Corporation, Baosteel Group Corporation, Shougang Corporation e Taiyuan Iron & Steel Group.

A brasileira CBMM confirmou em nota a transação e ressaltou que o Brasil possui as maiores reservas de nióbio do mundo, sendo que o grupo Moreira Salles detém os direitos das maiores e mais ricas já identificadas. Salientou também que a negociação representava um alto investimento em valor estratégico tanto para as chinesas, quanto para a brasileira.

A reportagem seguiu com previsões favoráveis ao mercado de nióbio, registrando primeiro que a demanda pelo produto aumentou 10% anualmente em relação ao período entre 2002 e 2009 devido à grande procura por aços especiais. Demanda que continuaria a crescer, inclusive mais rápido que a produção de aço, graças a inserção tecnológica do nióbio na indústria siderúrgica.

Algumas especiarias e aplicações do nióbio foram expostas no decorrer do texto, inclusive um pouco da história do metal. Porém, uma informação chama a atenção que é o fato de programas da Nasa usarem o metal em pesquisas avançadas. O nióbio é usado em satélites controlados pela entidade.

A China, segunda maior economia mundial na época, não parava de acelerar sua procura por reservas de recursos estratégicos e terras raras. Produtos necessários para atender a demanda da indústria chinesa.

²⁵ Site do Exame: Disponível em: www.exame.abril.com/negocios/niobio-faz-dos-moreira-salles-a-familia-mais-rica-do-brasil/>. Acesso em 07/11/2016 às 21h49.

Em 2011, o Brasil foi relatado pelo Estadão por não investir em pesquisas específicas de terras raras, porém o mercado internacional continuou a crescer. Sendo assim, a primeira reportagem do tema em 2012 a ser veiculada na editoria Economia já trazia uma versão atualizada da visão do país para as terras raras. “Brasil entra na corrida por terras-raras, o ouro do século 21” foi o título da reportagem assinada por Nivaldo Venâncio, no dia 20 de setembro de 2012. Apenas pelo título, já é possível interpretar que há grande valorização no mercado minerário e uma mudança significativa do modo de o Brasil lidar com o mesmo. No subtítulo “Reservas nacionais atraem investimentos externos em busca de mineral estratégico para smartphones e carros elétricos”, embora não especifique o nióbio, dois produtos em que contém aplicação do metal são citados para exemplificar a procura pelos recursos.

No lead, o autor convicto faz uma previsão: “Se você ainda não sabe o que são terras-raras, prepare-se, porque nos próximos anos esse conjunto de 17 minerais fará cada vez mais parte da sua vida”. O crescimento pela busca desses elementos se dá após terem se mostrado vitais para a indústria da alta tecnologia. Algumas de suas funções são citadas por Venâncio no primeiro parágrafo, como ser o responsável pela finura dos tablets, fazerem o celular vibrar e acender, na época, as futuristas lâmpadas de LED. Tanta modernidade foi a chave para expor os interesses econômicos, diplomáticos e industriais, nesse caso tendo a China como maior produtora de terras-raras.

Porém, segundo Venâncio, o Brasil pode entrar novamente no jogo. A expectativa se dá após o serviço geológico do Governo dos Estados Unidos apontar o Brasil como a nova fronteira global de minerais raros. Segundo os americanos, o potencial brasileiro chega a 52 milhões de toneladas em reservas, consolidando o Brasil como uma potência minerária. Sendo assim, no parágrafo seguinte o autor descreve o programa nacional de minerais estratégicos de identificação de depósitos desenvolvido de forma conjunta entre os ministérios de Minas e Energia e Ciência e Tecnologia.

Com a divulgação dos dados extraídos do estudo do serviço geológico do governo americano, aconteceu o que parecia óbvio, os olhares do mundo focaram o subsolo brasileiro. Como prova disso, o texto divulga que 193 requerimentos de estudo ambiental foram recebidos pelo Brasil entre 2010 e 2012. Esses números foram apurados e levantados pelo Estadão junto com o DNPM.

Porém, um problema típico do governo brasileiro, e de maneira específica, da mídia é relatado pelo autor. O Brasil importava cerca de 70% do total de terras-raras utilizadas, porém só se atentou para os fatos após uma fábrica carioca de catalisadores enfrentar dificuldades com o fornecimento de matérias-primas.

Este com certeza foi um dos maiores conteúdos jornalísticos publicados no Estadão dentre os cinco anos da pesquisa. Uma reportagem com profundidade, que com um tamanho pequeno de fonte e dividida em seis colunas, ocupou metade de uma página. Uma imagem de magnetos reaproveitados foi estampada no centro superior da página, relatando a reciclagem minerária estratégica.

O autor aborda na parte final do texto o desafio do Brasil em acompanhar com produção o avanço e o potencial de reserva indicado pelos geólogos americanos.

3. 2 Editorias Internacional e Política

Numa quinta-feira, dia 17 de junho de 2010 na página a13 do caderno Internacional do Estadão, um texto feito por Gilles Lapouge e intitulado de “Metais raros do Afeganistão” foi publicado. A pauta era deixar de lado a fama de ‘mártir da história’, termo utilizado por Lapouge, e enaltecer a capacidade minerária do país. O autor deu início ao texto fazendo uso de alguns adjetivos, como corajoso e orgulhoso, para descrever o Afeganistão. Lembrou também as tentativas de invasão de grandes potências mundiais no país, desde Alexandre, o Grande, até Barack Obama. Tentativas que não foram bem sucedidas, mas que trouxeram muita destruição ao território afegão.

No segundo parágrafo o desenho da pauta começou a ficar mais claro quando a informação de que engenheiros americanos, numa pesquisa, vasculharam as montanhas do Afeganistão e constataram que, além de sangue, um tesouro valioso é mantido no país. São metais raros e ilimitados escondidos no subsolo que militantes do Taleban e soldados da Otan se digladiam e se matam.

O bem é avaliado em US\$ 1 trilhão, total que possibilitaria a transformação do país, que deixaria de ser conhecido como “mendigo do mundo” e viraria a Arábia Saudita, mas ao invés de petróleo como tesouro, teria o minério. Riqueza essa que alguns afegãos mais experientes enxergam com medo, pois pode atrair mais guerra e, conseqüentemente, mais mortes e menos paz para a população afegã. De um

jeito ou de outro, o autor crava os metais como um novo personagem no cenário econômico e político do país.

O nióbio é citado na parte final do texto como um dos 14 minérios misterioso para as pessoas comuns. Também é um dos metais raros na Europa, o que segundo o autor, pode causar um estrangulamento industrial no continente. Escassez que faz com que países produtores faça valer suas condições. Prática de imposição não adotada pelo Brasil.

O texto é terminado com uma previsão de lutas ferozes pelos metais entre grandes empresas e grandes países e, em alusão a uma das mais conhecidas produção cinematográfica, cita que a luta em silencio renderá no futuro um novo filme do agente James Bond.

No mesmo ano, mais uma vez uma matéria que explícita a valorização do nióbio foi divulgada no Estadão. “Wikileaks revela locais estratégicos para os EUA no Brasil e no mundo” foi o título da reportagem assinada por Jamil Claude. Na ocasião, uma lista vazada pelo Wikileaks trazia locais e produtos estratégicos cujo a perda ameaçaria o país ou poderia afetar a economia e a saúde pública americana. Com receio de que a lista pudesse ser usada por grupos terroristas extremistas, Londres e Washington criticaram a divulgação, segundo o texto.

O nióbio representa o Brasil nessa lista, junto com cabos submarinos de telecomunicações no Ceará e no Rio de Janeiro e minas de outros dois minérios, o ferro e o manganês.

Na mesma página, na parte inferior, um texto específico sobre o nióbio foi publicado com o título “Dependência de nióbio é causa de preocupação de Washington”. A autora, Nicole Pamplona, informou em seu lead que o Brasil é o responsável por 87% da importação de nióbio dos Estados unidos e que o metal é usado pelos americanos também em projetos espaciais. Pamplona deu continuidade no texto tratando de informações de reservas e produção do minério e exportação para os EUA.

Entre os dois conteúdos, no centro da página, um gráfico foi montado com o intuito de que o leitor visualizasse dentro do mapa as áreas em que o Brasil mantém as reservas e realiza a exploração do metal.

Fechando as edições desse caderno, no dia 4 de outubro de 2012, novamente o nióbio foi citado num julgamento do mensalão. O ministro responsável pelo julgamento na época, Joaquim Barbosa, não acreditou na versão do ex-ministro

da casa civil, José Dirceu, de que reuniões com banqueiros eram pra tratar assuntos como a exploração do nióbio. Barbosa declarou que o assunto teria de ser tratado com órgãos específicos, pois o tema não teria atribuições a casa civil. À matéria foi dada o título de “Barbosa aponta Dirceu como ‘mentor’ do mensalão e condena ‘núcleo político’”. Na oportunidade, a reportagem fazia uma cronologia do julgamento e, naquele dia específico, tratava em pauta os votos a favor e contra a condenação de Dirceu.

3. 3 Geral, Casa e Trabalho

No dia 31 de março de 2010, uma publicação assinada pelo correspondente de Genebra, Jamil Chade, um tema pouco presente nos noticiários do País foi abordado, a física. O Brasil recebeu uma proposta para integrar o Centro Europeu de Pesquisa Nuclear (CERN), porém segundo a matéria, a adesão ao grupo custaria US\$ 10 milhões, e o alto valor já é expresso no título da reportagem, onde o autor de forma objetiva informa “Adesão do Brasil ao LHC custa US\$ 10 mi”.

No entanto, esse valor não deixaria de ser um investimento, pelo menos é uma interpretação possível ao ler o subtítulo do texto, que diz “Participação nacional no experimento de Física poderia ajudar a indústria”. Fato é que o Brasil seria um dos primeiros países emergentes a fazer parte da instituição, que por sua vez, não quer se restringir à Europa e ao Estados Unidos.

O nióbio é importantemente citado no conteúdo pois, sem essa matéria prima, o projeto não existiria, já que o metal chamado pelo autor de “praticamente um monopólio brasileiro” é quem permite essa aceleração. Inclusive, no início dos anos 90, lembra Chade, o Brasil recebeu uma proposta de se aderir ao Cern e contribuir apenas com o minério, proposta recusada pelo então presidente do País, Fernando Collor de Melo. Sendo assim, para não interromper o projeto o Cern passou a importar o nióbio. O cientista brasileiro Ignácio Bedagla, afirmou em entrevista ao Estadão, que “O Brasil perdeu uma grande oportunidade”.

O nióbio não deixou de ser também citado nos jogos de palavras cruzadas do Estadão. No dia 19 de novembro de 2011, mais uma vez foi perguntado o símbolo químico do minério, Nb.

Em 2015, ano mais recente do período pesquisado, uma propaganda de um produto contendo nióbio foi veiculada no Estadão e ficou exposta por seis dias, do

dia 3 ao dia 9 de abril. Num texto publicitário curto, intitulado de “Surpreendente nobreza”, uma edição limitada de luminárias da linha ‘Sintonia Fina’, projetada pela designer Claudia Moreira Salles. Como a designer esclarece no texto, a ideia foi sair da zona de conforto e o ponto de partida foi escolher produtos que justificassem a limitação da edição. Um produto brasileiro praticamente exclusivo para uma linha de produtos limitados, uma escolha, no mínimo, surpreendente.

Numa linguagem mais técnica, o texto descreve os materiais e cores escolhidas. Alguns dos modelos que utilizarão o nióbio em suas produções são, Flash cobre com detalhe de nióbio na cúpula, Luminária de mesa FM com hastes de cobre e cúpulas de nióbio, LP de mesa com rebatedor de nióbio colorido entre outros. Só para ressaltar, a família Moreira Salles é dona da CBMM, maior exploradora de nióbio do mundo.

4 O NIÓBIO NA TELEVISÃO ABERTA

Como já citado anteriormente neste trabalho, a televisão aberta é a grande fonte de informação da população. E por incrível que pareça, é onde menos tem conteúdos jornalísticos produzidos relacionados ao nióbio. Os acervos online do Jornal da Record e do Jornal Nacional foram pesquisados para que fosse comprovado esse fato e nada foi encontrado. A busca foi efetuada nos sites das respectivas emissoras de televisão e em seus canais no youtube.

No jornal “Bom dia Goiás” há uma exceção. No dia 01 de abril de 2013 uma notícia relacionada ao nióbio foi exibida, apenas para o Estado de Goiás, com o título “Mineradora aumenta produção de nióbio, em Cubatão, Goiás”. Na reportagem é dito que, o aumento na produção do metal, que pode ser utilizado na fabricação de motores e soldas elétricas, em determinada indústria setorial do município irá acarretar em R\$ 650 milhões e poderá gerar em média 800 vagas de emprego. Ou seja, mais uma vez a importância do metal é enaltecida e a população nesse caso sai beneficiada pelas vagas de emprego, fatos que mereciam algum espaço em outras oportunidades em veículos de comunicação específico da plataforma de tevê.

5 O NIÓBIO NA CAUDA LONGA

O conceito estruturado pelo jornalista americano, Chris Anderson, foi uma das mais populares teorias do mercado do consumo na última década. Na teoria, Anderson defende que, com o avanço da internet as culturas de nicho, assuntos menos trabalhado pelo mercado, ganhariam relevância similar às chamadas culturas de hits, onde são depositados os maiores investimentos e, conseqüentemente, trazem maior retorno. Por exemplo, o cinema. Os filmes de Hollywood são os que recebem mais investimentos, mais patrocínios e, como resultado, costumam ser as maiores bilheteiras. Esses podem ser considerados como hits. Porém, há quem goste dos filmes turcos, por exemplo, e busquem no mercado, por menor que seja, produções cinematográficas desse gênero. Esse é um tema de nicho.

No conceito da “Long Tail”, não existiria essa diferença na era digital. Bem, foi um dos pontos que Anderson não acertou na prática, pelo menos não por enquanto. Já vivemos na era digital, mas ainda há grande espaço entre as culturas denominadas de nichos e hits. A professora da Universidade de Harvard, Anita Elberse, em entrevista dada ao site Exame.com, explica dizendo que “as pessoas querem usar os mesmos aplicativos e ler os mesmo livros par ter assuntos em comum”. Porém, o debate abordado e proposto por Chris Anderson não tem prazo para terminar. O fato é que, até o momento, o nicho continua onde sempre esteve, na cauda longa²⁶. Anderson assinou a ideia de que todos os produtos têm mercado, por menor que seja. Gráficamente, quanto mais perto da cauda o produto estiver, menor é o mercado dele.

O nióbio, no Brasil, é um produto de nicho. Há pouca cobertura jornalística acerca do minério e a maioria das pessoas mal sabem para que serve ou, simplesmente, o que é o produto. Na internet é onde encontramos mais conteúdos sobre o metal, nem sempre por veículos de comunicação. ONG’s, blogs e canais no youtube abordam o assunto com mais frequência e geralmente por ambientalistas.

²⁶ Site da Exame: Disponível em: www.exame.abril.br/revista-exame/o-nicho-ainda-e-nicho/>. Acesso em: 09/11/2016 às 23h57.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo o Brasil sendo o maior produtor e tendo a maior reserva mundial, o País não decide o valor de venda do nióbio. No caso, esse problema pode ser interpretado como uma terceirização não oficial, que pode contabilizar em prejuízo econômico para o Brasil, maior produtor e detentor da maior reserva, beneficiando a Inglaterra, que é quem dita o valor e vende o nióbio.

Segundo requerimento produzido pela Comissão de Minas e Energia e, assinado pelo deputado Márcio Junqueira, em 2013, o nióbio é vendido na bolsa de valores de Londres e o valor de venda é decidido pela Inglaterra, país que não produz um grama do minério.

“Importa registrar que, neste momento, 99% do subsolo brasileiro já está requerido. Já tem dono! Esse dado foi fornecido pela Comissão de Minas e Energia, por meio do DNPM. Quem são os donos? A quem está servindo a exploração do subsolo, riqueza que Deus nos deu?”

Outros países não têm nenhum tipo de recurso natural, nenhuma reserva mineral, mas o exportam. O nióbio do mundo é vendido na bolsa de valores de Londres. Registre-se que a Inglaterra não produz 1 grama de nióbio!” (JUNQUEIRA, 2013, p.4)

Ao mesmo tempo, o Brasil assistiu uma empresa estrangeira, Anglo American, se destacar no cenário nacional por ser umas das principais exploradoras de nióbio do País. Os negócios de nióbio da Anglo American foram vendidos à China Molybdenum (CMOC) por R\$1,7 bilhão em setembro de 2016. A maior produtora brasileira, CBMM, vendeu uma fatia milionária de 30% para companhias também asiáticas²⁷. Em 2011, um grupo de empresas chinesas, japonesas e sul coreanas fechou a compra de 30% do capital da mineradora com sede em Araxá. Um caminho para uma possível privatização, que não beneficiaria a economia nacional e sim interesses de instituições estrangeiras e privadas.

Países como E.U.A e Japão são totalmente dependentes do Brasil no quesito nióbio, pois usam o metal na indústria nuclear e automobilística, principalmente. Se tivessem uma opção de compra por um valor menor e intermediada por empresas internacionais, o Brasil apareceria no mercado com uma frequência bem menor. Ou

²⁷ Site do G1: Disponível em: www.globo.com/economia/negocios/noticia/2013/04/monopolio-brasileiro-do-niobio-gera-cobica-mundial-controversia-e-mitos.html >. Acesso em: 05/06/16 às 03h32.

seja, o Brasil praticamente produz sozinho e outro País vende e garante para si o lucro.

Se pelo menos houvesse uma regulamentação para as práticas do nióbio, conseqüentemente, haveria uma fiscalização maior e, acima de tudo, oficial. Essa prática evitaria suspeita de subfaturamento. Além de fiscalizar, revelaria e divulgaria investimentos transparentes em diversas áreas do Brasil, a fim de potencializar a economia com diversos programas a partir do lucro do nióbio.

Realmente, há uma enorme dificuldade em compreender tais acontecimentos já que não são veiculados na grande mídia, mas o que fica evidente é a margem de prejuízo possível para o Brasil nesses fatos. Prejuízos financeiro e também por não ter uma população conhecedora do assunto. Fatos que poderiam ser evitados e melhorados facilmente com a criação de uma política pública. Então, por que o Governo Federal não interfere nessa prática e se impõe para regularizar todo o processo relacionado ao minério? Resta saber se a criação de uma política pública seria favorável para o governo em si.

Ao ser questionada sobre o papel do jornalismo e sua cobertura frente à questão da política pública e, tratando da importância da criação de uma para os políticos, Miriam Abreu declarou:

“Não vejo tal possibilidade a curto prazo, ainda mais neste momento que o Brasil atravessa. Uma política pública implica interesse do executivo e o legislativo, precisa ser proposta, votada, implica orçamento. Lembro que o Congresso Nacional recentemente aprovou a lei que libera as multinacionais para explorar o pré-sal sem a Petrobras, comprometendo investimentos cruciais em saúde e educação, os quais se constituem a partir de políticas públicas. Neste caso, a produção de nióbio está longe de ser relevante para os atuais legisladores, ainda mais a partir da perspectiva de uma política pública”. (ABREU, anexo).

A falta de conteúdo informativo em forma de notícias e reportagens sobre o minério, além de tudo, abre uma margem para a criação ou ação de alguma organização não governamental (ONG's) que, devem se posicionar contra as práticas do governo brasileiro e cobrar melhorias. Inclusive, as ONG's podem e produzem informações de cunho jornalístico com qualidade, mas não detém canais

e plataformas de abrangente circulação o que impede a notícia de atingir um número maior de pessoas.

“Elas (ONG’s) podem e devem produzir material jornalístico de qualidade, mas os canais de divulgação que detém não conseguem disputar a atenção dada a grupos como a rede Globo, e seus releases não tem espaço nesses meios, a não ser quando há ações espetaculares como as do Greenpeace. Mas mesmo essas são divulgadas sem a devida contextualização. [...] Infelizmente, é de pouca relevância (informação produzida pelas ONG’s), por não ter capacidade e possibilidade de atingir grandes camadas da população. Mas, ainda assim, é preciso buscar fortalecer toda e qualquer iniciativa que se proponha a fazer jornalismo de qualidade”. (ABREU, anexo).

Segundo Miriam Santini de Abreu, essa inércia da imprensa brasileira frente aos assuntos científicos e ambientais, se dá por causa dos recursos públicos que são repassados a grande mídia como financiamentos governamentais. “A grande mídia vive do recurso público repassado a ela para propaganda governamental nas três esferas de governo. Temas espinhosos, portanto, são tirados de pauta se afetarem os patrocinadores”, declara a jornalista e doutoranda em jornalismo, Miriam Abreu.

Para o Governo Federal, ter uma sociedade conhecedora dos assuntos científicos, tecnológicos e ambientais não é uma boa ideia, pois a opinião pública interfere diretamente na política. Sendo assim, se a massa ser contra as atividades e negociações do nióbio que, seria um obstáculo no caminho do Governo. Basta pegar o exemplo da educação fundamental pública hoje no País, onde segundo a pesquisa “Projeto de Vida – O papel da Escola na Vida dos Jovens”, realizada pela fundação Lemann, constatou que os alunos terminam o ensino médio sem tem noção do básico em algumas disciplinas, como comunicação, raciocínio lógico e tecnologia. O Brasil não investe em educação para não ter uma geração de pensadores.

A mídia por sua vez, deixa de lado o compromisso informal firmado com a sociedade de transmitir um conteúdo imparcial e transparente, e trabalha sob a ideologia do Governo que a financia. Se houvesse na mídia um conteúdo informativo e preventivo das questões ambientais e científicas do país, tragédias como a da

cidade de Mariana, poderiam ser evitadas. As empresas aproveitam a inércia da mídia e agem muitas vezes de acordo com seus próprios interesses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Miriam Santini de. **Quando a palavra sustenta a farsa: o discurso jornalístico do desenvolvimento sustentável**. Florianópolis. Editora da UFSC, 2006.
- ANDERSON, Chris. **A Cauda Longa – Do mercado de massa para o mercado de nicho**. São Paulo. Campus Elsevier, 2006.
- BARBOSA, Marcos. **Atualidades para concursos públicos, enem e vestibulares**. São Paulo. Saraiva, 2014.
- BARBOSA, Rui. **A imprensa e o dever da verdade**. São Paulo. EDUSP, 1990.
- BOAS, Sergio Vilas. **Formação e informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo. Summus Editorial, 2004.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo. EDUSP, 2006.
- COSTA, Beatriz Souza. **Meio Ambiente como direito à vida – Brasil, Portugal e Espanha**. Rio de Janeiro. Lumen Juris, 2013.
- DUARTE, Jorge (org.); Vários autores. **Comunicação Pública – Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. São Paulo. Atlas, 2012.
- LAGE, Nilson. **A Reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro. Record, 2008.
- LIMA, Luiz Costa. **Teoria da cultura de massa**. São Paulo. Paz e Terra, 2010.
- LUCAS, Rodrigo de Castro. **Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) – Natureza jurídica e destinação**. Belo Horizonte. Arraes editores, 2015.
- MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito à informação e meio ambiente**. São Paulo. Malheiros, 2006.
- MATHEUS, Carlos. **As opiniões se movem nas sombras**. São Paulo. Atlas, 2011.
- MORAIS, José Mauro. **Petróleo em águas profundas: uma história tecnológica da Petrobras na exploração e produção offshore**. Brasília. IPEA, 2013.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; VIANNA, João Nildo de Souza. **Economia, meio ambiente e comunicação**. Rio de Janeiro. Garamond Universitária, 2006.

PEREIRA, Marcos Antonio. **O uso da informação como notícia do crime ambiental**. São Paulo. Manole, 2014.

SAID, Edward W. **Humanismo e crítica democrática**. São Paulo. Companhia das letras, 2007.

SM. **Dicionário Didático**. São Paulo, Edições SM, 2009.

WEBGRAFIA

Site da Anglo American: Disponível em: http://brasil.angloamerican.com/nossos-negocios/niobio?sc_lang=pt-PT >. Acesso em: 31/05/2016 às 10h22.

Site Ásia comentada: Disponível em: www.asiacomentada.com.br/2011/03/niobio-brasileiro-com-participacao-asiatica/>. Acesso em: 12/10/2016 às 22h31.

Site do Brasil escola: Disponível em: www.brasilecola.uol.com.br/geografia/os-recursos-naturais.htm >. Acesso em: 21/07/16 às 22h54.

Site da Carta Capital: Disponível em: <https://www.google.com.br/politica/congresso-libera-multinacionais-para-explorar-sem-a-petrobras/@@amp>>. Acesso em: 10/11/2016 às 01h23.

Site do Departamento Nacional de Produção de Minério: Disponível em: <http://www.dnpm.gov.br/dnpm/sumarios/niobio-sumario-mineral-2014>

>. Acesso em: 20/04/16 às 13h30.

Site do EBC Agência Brasil: Disponível em: <http://www.m.agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-10/desmatamento-na-amazonia-sobe-em-2015-mostram-dados-do-inpe> >. Acesso em: 15/10/2016 às 19h25.

Site do Estadão: Disponível em: <http://www.internacional.estadao.com.br/noticias/geral,wikileaks-eua-veem-minerios-brasileiros-como-recursos-estrategicos,65011> >. Acesso em: 13/10/2016 às 21h43.

Site do Exame: Disponível em: <http://www.exame2.com.br/mobile/brasil/noticias/como-a-vida-do-brasileiro-mudou-apos-a-criese-da-falta-d-agua> >. Acesso em: 15/10/2016 às 17h55.

Site do G1: Disponível em: www.globo.com/economia/negocios/noticia/2013/04/monopolio-brasileiro-do-niobio-gera-cobica--mundial-controversia-e-mitos.html >. Acesso em: 05/06/16 às 03h32.

Site do IBRAM: Disponível em: http://www.ibram.org.br/150/15001002.asp?ttCD_CHAVE=256431>. Acesso em: 15/09/2016 às 00h31.

Site do InfoEscola: Disponível em: <http://brasilecola.uol.com.br/quimica/o-que-presal.htm> >. Acesso em: 14/05/16 às 20h21.

Site do Intercom: Disponível em: www.intercom.org.org.br>sul2010>resumos >. Acesso em: 05/06/2016 às 02h43.

Site da Petrobras: Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal/> >. Acesso em: 14/05/16 às 20h25.

Site da PUC-Campinas: Disponível em: www.ftp-acd.puc-campinas.edu.br >. Acesso em: 05/6/16 às 02h56.

Site da SECOM: Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf> >. Acesso em: 14/05/16 às 18h04.

Site do Serviço geológico do Brasil: Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/redes-institucionais/rede-de-bibliotecas-rede-ametista/canal-escola/niobio-brasileiro-2616html> >. Acesso em: 15/10/2016 às 17h10.

Site Toda Biologia: Disponível em:
http://www.todabiologia.com/ecologia/chuva_acida.htm>. Acesso em: 13/10/2016 às 00h02.

Site da Veja: Disponível em: www.veja.abril.com.br/economia/os-10-paises-que-mais-produzem-petroleo-no-mundo/>. Acesso em: 10/11/2016 às 01h34.

Site do Youtube: Disponível em: <https://youtu.be/jwhl-Ye2l5w> >. Acesso em: 10/10/2016 às 21h51.

METODOLOGIA

Foram feitas pesquisas quantitativas e qualitativas das reportagens publicadas no período de 01/01/2010 até 31/12/2015, nos dois jornais impressos com maior credibilidade no País, “Folha de S. Paulo” e “O Estado de S. Paulo”. O número de conteúdo jornalístico relacionado ao pré-sal, veiculado nos mesmos veículos e na mesma delimitação de tempo, foram confrontados. A pesquisa no acervo de ambos os portais foi feita pela opção de buscar uma palavra chave na matéria, no caso, as palavras chaves consultadas foram: nióbio e pré-sal.

Entrevistas com profissionais da imprensa e do mercado de minério, também foram feitas. Por meio dessas fontes de pesquisas, o procedimento adotado foi o de enaltecer a importância do nióbio e a falta de notícias na grande mídia, conseqüentemente, a falta de conhecimento da população sobre a substância e suas aplicações.

ANEXO A – Entrevista com Dr. Rui Fernandes Pereira Junior.

Especialista em Recursos Minerais e Economista – Departamento Nacional de Produção de Minério (DNPM) – MG.

Contato:

Washington Rocha: Dr. Rui Pereira, boa noite. Me chamo Washington Rocha e sou quarto anista do curso de Comunicação Social-Jornalismo da UNISA. Estou produzindo uma monografia com o intuito de analisar a falta de informações sobre nióbio na mídia nacional. Gostaria de conversar contigo sobre o assunto, ter sua visão dos fatos e um pouco mais de informações a respeito. Por ser uma monografia e não exigir recursos audiovisuais podemos conversar por e-mail, telefone ou por alguma rede social de sua preferência. Seu contato seria de grande valia para o meu projeto. Aguardo seu retorno. Atenciosamente, Washington Rocha.
98301-0374

Dr. Rui Fernandes Pereira Junior: Prezado Washington, Você pode fazer suas perguntas por e-mail mesmo. Teria como depois ter um exemplar da monografia, como estudioso do assunto ampliar o conhecimento sobre o tema? Atenciosamente, Rui Fernandes Especialista em Rec. Minerais/Economista DNPM-MG.

Washington Rocha: Dr. Rui Pereira, boa noite.

Obrigado pelo retorno e aceitação. Com certeza posso disponibilizar um exemplar da monografia a você. A previsão para término se der tudo certo, é dia 24/11/16.

Qual a importância do nióbio para economia nacional?

Dr. Rui Fernandes Pereira Junior: O nióbio apesar de sua importância estratégica, não é a principal fonte de receita do setor mineral brasileiro, que é o minério de ferro.

Washington Rocha: Pela exclusividade e abundância do minério em solo brasileiro é possível afirmar que é o mais rentável economicamente?

Dr. Rui Fernandes Pereira Junior: Existem outras jazidas de nióbio em outras partes do mundo, bem como o nióbio é substituível por outros minerais em algumas aplicações como o vanádio e o molibdênio.

Washington Rocha: O nióbio leva alguma vantagem sobre o pré-sal nos quesitos econômicos? Se sim, quais?

Dr. Rui Fernandes Pereira Junior: Quanto a comparação com o pré-sal e a viabilidade econômica da exploração de minérios como o nióbio, depende de vários fatores como os preços de mercado e os custos de produção, se o preço do petróleo estivesse elevado, valeria a pena investir em tecnologias para extrair o pré-sal, hoje com a queda nos preços, não é economicamente viável, no entanto, os cenários podem se alterar conforme as dinâmicas da economia mundial e setorial e isto vale para qualquer tipo de exploração mineral, como o nióbio.

Washington Rocha: Existe a necessidade de uma política pública para o nióbio? Se sim, por quê?

Dr. Rui Fernandes Pereira Junior: Quanto às políticas públicas para o nióbio, no âmbito da discussão do novo código de mineração, não há nenhum dispositivo no debate desta reforma que considerasse de forma especial o nióbio como mineral estratégico. Há um projeto de lei PL 8325/14, voltado à cadeia produtiva das terras raras.

Washington Rocha: Em geral, a sociedade não sabe muito bem o que é o nióbio ou para que sirva. Esse fato é confortável para o Governo, por isso não investe na promoção do assunto?

Dr. Rui Fernandes Pereira Junior: No entanto, no âmbito de alguns órgãos de fomento como o BNDES e a FINEP estão desenvolvendo um plano de desenvolvimento, sustentabilidade e inovação no setor de mineração, chamado INOVA mineral e dentre as linhas de pesquisa deste plano estão a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias e produto em minerais estratégicos, tanto em pesquisa, processos de produção e aplicação, com uma parceria entre empresas,

centros de tecnologia e pesquisa, universidades, empresas privadas e o governo. Maiores informações e publicações estão nos links abaixo.

http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/inova-mineral!/ut/p/z1/04_iUIDg4tKPAFJABpSA0fpReYllmemJJZn5eYk5-hH6kVFm8V4WPs4eliYGPu5GwWYGjgGBhsYeQaFGFqGm-l5gjQj9IBPw64iA6oAqh1P6kUZFvs6-6fpRBYklGbgZeWn5-hGZefllibq5mXmpRUDXFGRHRQIAqCz04w!!/

<http://www.finep.gov.br/apoio-e-financiamento-externa/programas-e-linhas/programas-inova/inova-mineral>

<http://www.dnmp.gov.br/dnmp/colecoes/colecao-de-sumarios-sumario-mineral>

https://sistemas.dnmp.gov.br/publicacao/mostra_imagem.asp?idbancoarquivoarquivo=3966

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/RADIOAGENCIA/511601-PROPOSTA-QUE-MODIFICA-A-EXPLORACAO-DE-MINERAIS-AVANCA-NACAMARA.html>

Washington Rocha: Em sua opinião, qual o papel da mídia na educação ambiental/científica da sociedade?

Dr. Rui Fernandes Pereira Junior: A mídia nacional voltada para as massas, de um modo geral pouco importa com qualquer assunto relacionado à ciência e tecnologia e meio ambiente, basta olhar a grade de programação das emissoras, os bons programas só passam fora do horário nobre.

Washington Rocha: Agora, se substituído por outros elementos o resultado será o mesmo?

O nióbio não é mais resistente a altas temperaturas?
O Nióbio não é o mais rentável dos minerais, mas pelo fato de 98% estar no Brasil não merecia uma atenção especial, ou pelo menos, maior?

Dr. Rui Fernandes Pereira Junior: No jogo da tecnologia mineral não é deter o minério em si que é decisivo e sim tecnologias que envolvem o minério. Há outros minérios que substituem o nióbio em várias aplicações, o tungstênio é o metal mais

resistente a altas temperaturas, porque tem um ponto de fusão elevado. O Brasil deveria aproveitar melhor o potencial que tem sobre a substância mineral, como metal estratégico e investir em tecnologias voltadas para o desenvolvimento nacional (infraestrutura, saúde, etc.).

ANEXO B – Entrevista com Prof. Eduardo Batman Junior

Coordenador de Cursos da Universidade de Santo Amaro - UNISA

Tel. 2141-8882

Contato:

Washington Rocha: Prof° Eduardo Batman Junior, boa noite
Me chamo Washington Rocha e sou quarto anista do curso de Comunicação Social da UNISA.

Estou produzindo uma monografia com o objetivo de analisar a falta de notícias sobre o meio ambiente na mídia nacional. Gostaria de conversar contigo sobre o meio ambiente em geral, e mais precisamente sobre o nióbio. Por ser uma monografia e não exigir recursos audiovisuais, podemos conversar por email ou por alguma rede social de sua preferência. Sua visão dos fatos seria de grande valia.

Aguardo seu retorno.

Atenciosamente, Washington Rocha.

98301-0374

Prof. Eduardo Batman Junior: Caro Washington,

Podemos conversar por e-mail, sem problema!

Atenciosamente.

Washington Rocha: Professor, obrigado pelo retorno.

Professor, vemos a sociedade, um tanto quanto distante e, de certa forma, despreocupada com o meio ambiente. Para o senhor, o que falta para a sociedade ter mais engajamento com as questões ambientais e científicas em geral?

Prof. Eduardo Batman Junior: Eu acho que essa situação já melhorou bastante, mas, claro, pode melhorar muito mais.

A educação ambiental, em todos os níveis de ensino, é um bom começo para conscientizar as novas gerações.

Washington Rocha: Professor, no caso, incluir a educação ambiental nos níveis de ensino tem que ser uma ação vinda do Governo. Mas para o Governo é interessante que a sociedade se conscientize e se engaje em questões ambientais e científicas?

Prof. Eduardo Batman Junior: Eu acho que sim, pois os governantes têm filhos e netos, que certamente dependerão de recursos naturais para sobreviver.

Washington Rocha: Professor, concordo com sua colocação. Mas se é interessante, por que o Governo ainda não investiu na promoção e divulgação de conteúdos desse nicho que alerte e conscientize a população?

Prof. Eduardo Batman Junior: Mas existe uma lei para isso:

DECRETO Nº 4.281, DE 25 DE JUNHO DE 2002.

Washington Rocha: Não seria uma manobra do Governo? Pois a lei é de 2002 e ainda não se vê a inclusão deste assunto nos níveis de ensino. Inclusive, recentemente, o governo Temer propôs uma mudança no ensino, e nessa mudança não se tocou no assunto meio ambiente. Em contra partida, a população não deveria também ir atrás das informações ambientais e científicas já que as decisões impactam diretamente nossa vida social?

Prof. Eduardo Batman Junior: Não acho que seja uma manobra, vejo muitas escolas cumprindo o papel de conscientizar os alunos sobre os problemas ambientais, mas mudança de cultura não acontece do dia para a noite, às vezes demora algumas gerações.

Aqui na UNISA todos os cursos trabalham as políticas de Educação Ambiental, não necessariamente como disciplinas, mas de forma transversal nos componentes curriculares dos cursos.

ANEXO C – Entrevista com Miriam Santini de Abreu

Jornalista e doutoranda em Jornalismo na Universidade federal de Santa Catarina - UFSC.

Washington Rocha:

Na sua opinião, qual o motivo de a grande mídia, em geral, não pautar assuntos científicos e ambientais/minerais com frequência em seus jornalísticos?

Miriam Santini de Abreu: Tais temas são cobertos com mais frequência e profundidade em poucas publicações impressas e sites especializados. São temas que exigem conhecimento com certo grau de profundidade para produzir boas pautas, encontrar boas fontes e escrever textos que, de fato, aprofundem o papel da ciência e da tecnologia no atual período histórico, e tal grau de aprofundamento é incompatível com a estrutura das redações hoje, cada vez mais enxutas, mais jovens, com alta rotatividade e pouco interesse na formação de quadros profissionais que se qualifiquem para a temática.

Washington Rocha: Há algum interesse da mídia em que a população não tenha ciência do nióbio e suas aplicações, já que o Brasil detém a maior reserva e a maior produção mundial, mas nunca se vê informação relacionada?

Miriam Santini de Abreu: Creio que tal ausência/silenciamento não se restrinja à produção de nióbio. Os grandes grupos de mídia se movem a partir de dois movimentos: silenciam sobre a temática ou a divulgam de forma fragmentada. Não é diferente em relação, por exemplo, ao pré-sal ou às grandes reservas de águas do Aquífero Guarani. A população, por exemplo, não é alertada sobre as consequências da mudança na lei para a forma de extração do petróleo ou sobre os riscos que atividades como a produção de gás de xisto podem provocar nas reservas de água. A cobertura é pontual, feita sob a lógica da iniciativa privada – em que esses recursos são vistos por seu potencial de lucro, e não como parte estratégica para um projeto nacional em que a extração e uso atendam aos interesses da população, e não do mercado.

Washington Rocha: Seria possível a criação de uma política pública – já que mesmo o Brasil sendo o maior produtor e tendo a maior reserva, não dita o valor de venda do nióbio – através de cobertura jornalística de investigação e denúncia?

Miriam Santini de Abreu: Não vejo tal possibilidade a curto e médio prazo, ainda mais neste momento que o país atravessa, com transformações profundas após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Uma política pública implica interesse do Executivo e o Legislativo, precisa ser proposta, votada, implica orçamento. Lembro que o congresso Nacional recentemente aprovou a lei que libera as multinacionais para explorar o pré-sal sem a Petrobras, comprometendo investimentos cruciais em saúde e educação, os quais se constituem a partir de políticas públicas. Neste quadro, a produção de nióbio está longe de ser relevante para os atuais legisladores, ainda mais a partir da perspectiva de uma política pública.

Washington Rocha: Você acredita que se a mídia veiculasse com mais constância assuntos minerais e ambientais a população teria mais interesse e engajamento pelas questões?

Miriam Santini de Abreu: Certamente. Mas não basta constância. É preciso também um compromisso com certo tipo de jornalismo que está em falta na grade mídia, em que questões singulares – como a produção de nióbio – se liguem aos contextos mais amplos onde estão inseridas, como os interesses internacionais nas reservas de países como os do BRICs, a extração unicamente a serviço de grandes empresas, a super-exploração de mão-de-obra em atividades de mineração nos países pobres, as ameaças que este tipo de exploração provoca em reservas fundamentais de água potável. Mas esse tipo de jornalismo, interpretado, contextualizado, está hoje disponível em mídias independentes que não chegam à maioria da população.

Washington Rocha: Essa abstenção do jornalismo frente às questões ambientais do país pode ter relação com os Governos Estadual e Federal?

Miriam Santini de Abreu: Sim, porque a grande mídia vive do recurso público repassado a ela para propaganda governamental nas três esferas de governo.

Temas espinhosos, portanto, são tirados de pauta se afetarem os maiores patrocinadores.

Washington Rocha: A inércia dos veículos tradicionais de comunicação, como jornal impresso e televisão aberta, abre espaço para comunicação produzida por ONG's?

Miriam Santini de Abreu: Abre, e elas podem e devem produzir material jornalístico de qualidade, mas os canais de divulgação que detém não conseguem disputar a atenção dada a Rede Globo, e seus releases não tem espaço nesses meios, a não ser quando há ações espetaculares, como as do Greenpeace, mas mesmo essas são divulgadas sem a devida contextualização. Infelizmente, no Brasil, não se deu o passo que de fato enfrentaria esse problema, que é o fim da hegemonia dos grandes grupos de mídia através de uma lei que regule a posse de vários meios por um mesmo grupo, como acontece hoje, assim como a diversificação da distribuição da verba pública, que não pode ser concentrada em poucos veículos. Países como a Venezuela e a Argentina fizeram esse enfrentamento a duras penas. Nos Estados Unidos e na Inglaterra, por exemplo, já existe legislação bem mais avançada do que a brasileira, onde nem mesmo se respeita o que a Constituição prevê desde 1988, veja em http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141128_midia_paises_lab

Washington Rocha: Quão relevante pode ser a influência na sociedade de uma comunicação produzida por ONG?

Miriam Santini de Abreu: Infelizmente é de pouca relevância, por não ter capacidade e possibilidade de atingir grandes camadas da população. Cito um exemplo, o da bela reportagem produzida pelo "O Eco" (veja no link abaixo) que foi divulgada pelo "El País Brasil", talvez o melhor jornal na internet hoje para leitores brasileiros. Texto excelente, aprofundado, bem feito. Mas, mesmo no El País, não tem possibilidade de fazer qualquer contraponto à mais medíocre reportagem do jornal Nacional, até porque o brasileiro se informa predominantemente pela televisão, onde os programas jornalísticos só tem alguma qualidade da TV a cabo. Mas, ainda assim, é preciso buscar fortalecer toda e qualquer iniciativa que se proponha a fazer jornalismo de qualidade. Os tempos hoje estão sombrios, mas é preciso estarmos à altura de dar respostas quando a situação amadurecer para melhor.

http://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/21/politica/147708654_412438.html